



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DANIELE GOMES DE LIMA

**A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL NO BRASIL EM 2014: UMA
ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DO IMPACTO ECONÔMICO NO PAÍS
SEDE**

**MONTEIRO/PB
DEZEMBRO - 2015**

DANIELE GOMES DE LIMA

**A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL NO BRASIL EM 2014: UMA
ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DO IMPACTO ECONÔMICO NO PAÍS
SEDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a Ms. Ilcleidene Pereira de Freitas.

**MONTEIRO/PB
DEZEMBRO - 2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732c Lima, Daniele Gomes de

A copa do mundo de futebol no Brasil em 2014 [manuscrito] :
uma análise bibliográfica do impacto econômico no país sede /
Daniele Gomes de Lima. - 2015.
76 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Humanas e Exatas, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Ilcleidene Pereira de Freitas,
Departamento de Ciências Contábeis".

1. Copa do mundo. 2. Futebol no Brasil. 3. Portal de
transparência. 3. Gasto público. 4. Crescimento econômico. 5.
Orçamento público. I. Título. 21. ed. CDD 351

DANIELE GOMES DE LIMA

**A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL NO BRASIL EM 2014: UMA
ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DO IMPACTO ECONÔMICO NO PAÍS
SEDE**

Aprovado em 03 de Dezembro de 2015

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Ilcleidene Pereira de Freitas, UEPB - Orientadora



Prof. Ms. Cristiane Gomes da Silva, UEPB – Examinador(a)



Prof. Esp. Paulo César Cordeiro, UEPB – Examinador(a)

**MONTEIRO/PB
DEZEMBRO - 2015**

Ao meu avô Inácio, (*In Memoriam*) que infelizmente não está mais entre nós para celebrar comigo essa vitória. A todos os professores que contribuíram para o meu aprendizado, em especial a minha orientadora Prof^a Me. Ilcleidene Pereira de Freitas, que com paciência me ajudou a passar por esse processo, auxiliando e orientando da melhor forma possível. Dedico.

“Não mexa no meu silêncio, se não puder lidar com meu barulho. Só eu sei o turbilhão de vozes que habitam dentro de mim.”

(HAHMEYER, CAROLINA. [2012?])

AGRADECIMENTOS

Ao término dessa etapa muito tenho a agradecer. Recordo-me de tantas pessoas a quem devo reconhecimento. E assim, esta conquista se concretiza com a colaboração de cada uma delas, que ao longo de toda esta caminhada estiveram ao meu lado direta ou indiretamente me dando forças para continuar.

A Deus, que esteve e sempre estará ao meu lado, mostrando-me que seria e que sou capaz de vencer qualquer dificuldade. Obrigada, por me manter firme na fé, no amor e mostrar oportunidades de vencer sem desmerecer o outro.

Aos meus pais, duas pessoas extremamente importantes na minha vida. A eles, o meu reconhecimento, admiração e respeito. Agradeço, pelos ensinamentos transmitidos, por todo o conforto dado nos momentos mais árduos e difíceis que pude enfrentar. E, principalmente porque sempre foram e serão exemplos de vida para mim.

Aos meus irmãos e demais familiares que sempre estiveram comigo.

Ao meu esposo por todo o incentivo, pela gentileza e paciência, e acima de tudo por me fazer enxergar que sem luta não há vitória. A ele, agradeço da forma mais carinhosa possível por estar sempre comigo.

Aos colegas de curso, com quem aprendi muito. Especialmente aos meus amigos irmãos, porque sei que assim posso chamá-los: Wellington, Adriana, Tuanny, Vanessa e Celina.

À minha orientadora, Prof^ª. Ms. Ilcleidene Pereira de Freitas, pela dedicação, compreensão e paciência, que tanto me ajudou para que esse sonho fosse concretizado.

Aos mestres da casa pelos conhecimentos transmitidos, à Coordenação do curso sempre tão prestativa, a Direção do *Campus* que tantas vezes se mostrou atenta aos problemas por todos nós enfrentados.

Aos membros da banca examinadora, que muito prontamente aceitaram fazer parte deste momento tão importante e significativo para mim.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse sonho. Obrigada!

RESUMO

Evento promovido a cada quatro anos, a copa do mundo de futebol, é a competição internacional mais assistida em todo o mundo, e, portanto, um dos maiores eventos esportista, ultrapassando até mesmo os Jogos Olímpicos. Este trabalho teve como objetivo analisar e apontar o impacto gerado pela Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil, no tocante aos investimentos necessários para a sua realização. Trata-se de uma pesquisa exploratória e explicativa, delineada como qualitativa e quantitativa, quanto aos procedimentos caracteriza-se como bibliográfica , documental e estudo de caso. Foram coletadas informações e dados publicados nas demonstrações contábeis divulgadas no Portal da Transparência do Governo Federal, que permitiu: (a) responder ao problema de pesquisa; e (b) alcançar o objetivo geral do estudo. O legado econômico previa crescimento, desenvolvimento, melhorias socioeconômicas e a alavancagem em quesitos como desemprego, infraestrutura entre outras, mais o Brasil embarcou em investimentos, em boa parte advinda de cofres públicos e o legado econômico se deu apenas com a realização do evento. As estruturas físicas ficaram, mais o impacto na econômica se deu apenas nos períodos de realização dos jogos e tão somente nas cidades que sediaram a copa do mundo.

Palavras-Chave: Copa do Mundo. Transparência. Investimentos. Legado.

ABSTRACT

Event held every four years, the football world cup is the most-watched international competition worldwide, and therefore one of the greatest sportsman events, surpassing even the Olympics. This study aimed to analyze and pinpoint the impact generated by the 2014 FIFA World Cup in Brazil, given the investments required for its realization. This is an exploratory and explanatory research, as outlined qualitative and quantitative, on the procedures is characterized as bibliographical and documentary. Information and data were collected published in the financial statements disclosed in the Transparency Portal of the Federal Government, which allowed: (a) respond to the research problem; and (b) achieve the overall goal of the study. The results show that most of the actions taken by the government, received funds from private financial institutions. As for the planning, budgeting and performance of the activities assigned to the Union, in partnership with states, municipalities and private entities resulted in the construction of 12 stadiums and urban mobility works, infrastructure, renovation and expansion of airports among others. This study does not attempt to build a theoretical framework itself, but points to the legacy left by cup football world, limited only to the improvements made in the host cities of the world.

Keywords: World Cup. Transparency. Investments. Legacy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 PIB anual brasileiro (%) do crescimento econômico	43
Gráfico 2 Inflação anual brasileira (%) percentual de variação ao ano	44
Gráfico 3 Variação anual dos índices de consumo familiar, desemprego e produção industrial anual (%).	45
Gráfico 4 Valores investidos em projetos e ações na cidade de Belo Horizonte	51
Gráfico 5 Valores investidos em projetos e ações na cidade de Brasília	52
Gráfico 6 Valores investidos em projetos e ações na cidade de Cuiabá	53
Gráfico 7 Dados dos gastos com a cidade de Curitiba	54
Gráfico 8 Dados dos gastos para a cidade de Fortaleza	55
Gráfico 9 Dados dos gastos para a cidade do Amazonas	56
Gráfico 10 Dados dos gastos para a cidade de Natal	57
Gráfico 11 Dados dos gastos com a cidade de Porto Alegre.....	58
Gráfico 12 Dados dos gastos para a cidade do Recife	60
Gráfico 13 Dados dos gastos para a cidade do Rio de Janeiro	61
Gráfico 14 Gastos previstos, contratados e executados na cidade de Salvador	62
Gráfico 15 Gastos previstos, contratados e executados na cidade de São Paulo	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Investimentos por instituições para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil.....	50
Quadro 2 Gastos totais realizados em ações pelo Governo Federal.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BB	Banco do Brasil S.A
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CF	Constituição Federal
CNDES	Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
DFB	<i>German Football Association</i>
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LAO	Lei Orçamentária Anual
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
ME	Ministério do Esporte
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
SPI	Secretaria do Planejamento e Investimentos Estratégicos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Apresentação do tema.....	14
1.2 Problematização.....	16
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 Objetivo Geral.....	17
1.3.2 Objetivos Específicos	17
1.4 Justificativa	17
1.5 Estrutura do Trabalho.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 Crescimento econômico.....	20
2.1.1 Fatores condicionantes próximos e distantes do crescimento econômico.....	21
2.1.2 Determinantes próximos do crescimento	22
2.1.3 Fatores distantes do crescimento econômico.....	23
2.1.4 Modelos de Crescimento Econômico	23
2.1.5 Teoria do subdesenvolvimento.....	25
2.2 Desenvolvimento Econômico	26
2.2.1 Indicadores do Grau de Desenvolvimento	30
2.3 Orçamento público	33
2.3.1 Orçamento Programa.....	36
2.3.2 Orçamento Participativo	37
2.4 Classificação dos Orçamentos Públicos no Brasil.....	38
2.4.1 Plano Plurianual - PPA.....	38
2.4.2 Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO	39
2.4.3 Lei Orçamentária Anual - LOA	40
2.5 Receita Pública sob o Enfoque Orçamentário	41
2.6 Despesas Públicas Sobre o Enfoque Orçamentário.....	42
2.7 Contextualização da economia brasileira	43
3 METODOLOGIA.....	47
3.1 Classificação quanto à forma de abordagem do problema	47
3.2 Classificação quanto aos objetivos gerais	47

3.3 Classificação quanto aos procedimentos técnicos.....	48
3.4 Classificação quanto ao método de abordagem	48
3.5 Universo e amostra da pesquisa.....	48
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	49
4.1 Investimento inicial do governo para a copa do mundo de futebol de 2014.....	49
4.2 O legado da copa	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
6 REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

Evento promovido a cada quatro anos pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), a Copa do Mundo de Futebol foi realizada pela primeira vez em 1930, no Uruguai. Desde então, só deixou de ser realizada durante a segunda Guerra Mundial. É a competição internacional de futebol mais assistida em todo o mundo, e, portanto, um dos maiores eventos esportista, ultrapassando até mesmo os Jogos Olímpicos.

É tida como objeto de desejo de muitos países, não só pelos amantes do esporte, mais estrategicamente pelo reconhecimento internacional de uma nação e a grande circulação de investimentos que possivelmente o país recebe por sediar um mundial de futebol.

Em 1950, o Brasil foi selecionado para sediar pela primeira vez a Copa do Mundo, e depois de decorridos 64 anos, foi novamente palco deste grandioso evento em 2014. As cidades-sedes da Copa foram Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA).

O evento mobilizou os governos Federal, Estaduais e Municipais, que se comprometeram a oferecer todas as respostas necessárias para a realização das inúmeras obras de infraestrutura, nos mais diversos setores. E assim, o novo potencial do país, atrairia investimentos depois de cumpridas às exigências da FIFA. Desse modo, as obras resultariam em um magnífico legado em termos de mobilidade urbana, segurança pública, arenas esportivas, aeroportos, saneamento básico e transporte rodoviário para o conjunto da sociedade nacional.

Ao contrário de outros países, como por exemplo, a Alemanha que já possuía grande parte dos estádios, esta se limitou no processo de gastos, e com isso o Brasil, precisou passar por uma complexa organização para poder sediar um evento do porte da Copa do Mundo de Futebol, que envolve desde a concessão de incentivos fiscais a investimentos bilionários que são bancados,

em sua esmagadora maioria, pelo governo federal, na forma de financiamentos.

Matheson (2002) aponta que diversos estudos geralmente superestimam o impacto econômico sobre a economia local. Porter (1999) embasa que os benefícios previstos pelos gastos públicos nunca se materializam. As pesquisas realizadas por Coates e Humphreys (1999) e Noll e Zimbalist (1997) não encontraram correlação entre a construção de estádios esportivos e desenvolvimento econômico regional.

Brenke e Wagner (2006), ao analisarem os efeitos da Copa do Mundo em 2006 na Alemanha, constataram que as expectativas estavam sobrevalorizadas, de forma que os empregos adicionais eram somente temporários e os custos de infraestrutura com a promoção da Copa-2006 não foram significativos. E assim, concluíram que os principais beneficiados foram a FIFA e a *German Football Association* (DFB)¹

Pillay e Bass (2008) enfatizam que, ao contrário do que se esperava na Copa da África do Sul, os empregos gerados durante a construção de estádios são temporários e que após o evento esportivo o desemprego urbano poderia subir. Barclay (2009) aponta que a construção de novos estádios pode aumentar a atividade econômica, mas também pode elevar os custos de oportunidade para o setor público.

Para Ibid. (2008) esses fatores, geralmente, têm por consequência a redução de outros serviços públicos, um maior empréstimo do governo ou impostos mais altos. E ainda ressalta que a falta de planejamento conciso após o mundial pode provocar substancialmente a baixa utilização das obras que exaustivamente custaram ao orçamento público bilhões em dinheiro.

Embora representasse uma conquista, o Brasil tornar-se o país-sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014, os recursos aplicados que deveriam funcionar como alavanca para o desenvolvimento social e econômico se transformou em alocações vultosas de gastos públicos. Barclay (2009) destaca que para os países em desenvolvimento existem grandes riscos em promover um megaevento, haja vista que os estádios construídos podem se tornar “elefantes brancos”.

¹ Órgão que dirige o futebol da Alemanha. Fonte: <<http://www.dfb.de/en/about-dfb/>>. Acesso em: 04 de abril, 2015

O presente estudo trata de identificar quais os procedimentos realizados e que resultados foram alcançados pelo Governo Federal, no que tange ao orçamento público planejado e executado para o cumprimento das metas, propostas pela FIFA para a concretização da copa. Nesta perspectiva, buscou-se conhecer efetivamente o que a gestão administração pública, propiciou de positivo, e, associar o desenvolvimento do país ao que a copa deixou como legado para o Brasil.

1.2 Problematização

A realização de eventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol, tem se tornado uma estratégia de diversos países como forma de atrair investimentos e a atenção internacional. Os benefícios econômicos promovidos por acontecimentos de grande porte resultam em argumentação política, como forma de justificar o esforço e os excessivos gastos públicos destinados a megaeventos.

A realização da Copa do Mundo em 2010 no Continente Africano e a de 2014, na América do Sul promoveram um confortável lapso de tempo para que os governos federal, estaduais e municipais, a Confederação Brasileira de Futebol e os hipotéticos investidores da iniciativa privada elaborassem um projeto estratégico de organização do país para receber a maior competição esportiva do planeta em matéria de assistência televisiva.

Os organizadores assinalavam vários pontos positivos, sob a alegação de que eventos como a Copa do Mundo de Futebol, geram crescimentos para diversos negócios nos setores hoteleiros, turísticos, imobiliário entre outros e, portanto, benefícios econômicos maiores que os custos.

Definitivamente a Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014, pôde ser visto como um momento único, substancialmente no que se refere ao aumento da renda nos setores hoteleiros, turísticos, imobiliário entre outros, visto que, representa a possibilidade de retorno no curto prazo, posto que, pode ser ressarcido monetariamente no momento de realização do mundial.

Neste sentido, surge posteriormente a preocupação de pagar a dívida deixada à longo prazo decorrentes das obras realizadas, pondo em alta os

impostos, inflação e conseqüentemente a dívida pública. Nesse sentido, esse trabalho buscou responder a seguinte questão: **Qual o legado deixado pela Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, no que tange aos investimentos urbanos nas doze cidades-sede?**

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Demonstrar o legado deixado pela Copa do Mundo de Futebol e apontar o impacto gerado pela Copa do Mundo de Futebol de 2014 no que tange os investimentos urbanos nas doze cidades sedes.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Demonstrar ao leitor através de dados do Governo Federal a maneira como o dinheiro público foi investido, para a realização desse evento;
- Discutir a concentração dos investimentos em infraestrutura, entre outros, a mobilidade urbana e às instalações de estádios e arenas esportivas “no país do futebol”;
- Descrever os aspectos positivos e negativos relacionados às obras e empreendimentos realizados nas cidades-sede;

1.4 Justificativa

A Copa do Mundo de Futebol figura como o maior acontecimento esportivo de todo o mundo, o evento cumpre um relevante papel social, visto que foi realizado em quatro dos cinco continentes, e desse modo experimentando as mais diversas culturas, bem como se renovando a cada nova edição.

Uma competição internacional, que promove desenvolvimento econômico e social para o país-sede, onde por um lado gera reflexos e benefícios em diversos setores da economia, sejam temporários ou duradouros, diretos ou indiretos. E, por outro lado, apresenta vários problemas na execução dos projetos destinados a infraestrutura urbana.

Para o Brasil, o mundial se propôs e foi visto como uma possibilidade de retorno de investimento, ao oferecer visibilidade maior para a economia do país, tanto no cenário nacional como internacional. Principalmente no que diz respeito à infraestrutura, mobilidade urbana, hotelaria, turismo e cultura.

A ideia é que o Brasil não se preparasse para um evento de poucos dias, visando apenas atender as expectativas externas, mas de muitos anos, criando um ambiente interno em que todas as obras de infraestruturas e os impactos sobre a macro e a microeconomia gerassem melhores condições de vida.

O governo brasileiro investiu cerca de R\$ 35 bilhões de reais segundo o portal da copa, de modo que todo o investimento deveria ter sido efetivado a qualquer tempo, independente da realização de um evento desta natureza. Visto que, o legado positivo para a sociedade pode trazer desenvolvimento social e econômico para o país como um todo.

A realização de um evento como a Copa do Mundo de Futebol tende a trazer para o país-sede, diversos requisitos ligados a melhorias sociais, de mobilidade para a população e até de organização da estrutura econômica e social.

A relevância desse trabalho se justifica por procurar conhecer qual o legado deixado pelo mundial de futebol e por investigar as vertentes sociais e econômicas, resultantes da infraestrutura proposta. Outro aspecto importante se refere à singularidade de trabalhos relacionados a esta temática; a necessidade de novas pesquisas e estudos, com o propósito de gerar um arcabouço teórico ainda mais robusto; e que não feche a possibilidade de avanços futuros na produção científica.

1.5 Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em cinco seções. Após esta de caráter introdutório, a seção 2 apresenta o referencial teórico, com a base na literatura relacionada ao tema proposto; a seção 3 traz a metodologia usada no processo para a construção, estrutura, desenvolvimento e processamento de dados; a seção 4 estabelece os resultados e discussões obtidos através do detalhamento dos gastos do governo Federal para a realização da copa e os respectivos legados deixados pela a copa do mundo e a seção 5 expõe as considerações finais sobre os resultados alcançados e as recomendações para pesquisas futuras; agregado a isto seguem ao final as referências utilizadas para a construção e desenvolvimento do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Crescimento econômico

O crescimento econômico de uma sociedade pode ser evidenciado por meio do crescimento econômico *per capita* ou individual na economia. Vieira, Albert e Bagolin (2007) consideram o crescimento econômico de uma sociedade como sendo um aumento da capacidade produtiva e da produção de uma economia em determinado período de tempo.

Gremaud e Toneto Junior (2003) enfatizam que o crescimento econômico é a ampliação quantitativa da produção do Produto Interno Bruto (PIB) de modo continuado a longo prazo. Ou seja, é todo processo constituído pela elevação persistente da renda de cada indivíduo da família, sendo essa renda medida e calculada pelo Coeficiente de Gini.

Nesse caso o crescimento econômico relaciona-se com uma série de acontecimentos que influenciam o aumento de vários fatores que proporcionam a evolução produtiva de uma dada economia em um dado período de tempo. Tais fatores passam por medidas adotadas para realizações das estratégias que levarão a um crescimento equilibrado, cabendo assim propor que todos os fatores e recursos estejam plenamente empregados.

Vasconcelos (2002) enfatiza que ao se falar em crescimento econômico, pensa-se no crescimento da renda nacional *per capita*, colocando à disposição da coletividade, uma quantidade de mercadorias e serviços que supere o crescimento populacional. Com tudo pode se evidenciar através da renda *per capita*, a melhoria e do bem estar e do padrão de vida da sociedade. Entretanto, realça que o fato de um país está aumentando sua renda *per capita*, não significa necessariamente que esteja melhorando seu padrão de vida.

Existem ainda no estudo do crescimento econômico, em geração de sua fonte de renda, fatores como o capital humano, que segundo Oliveira e Vasconcelos (2002), esse capital é adquirido pela experiência e valorização tida através de atividades educacionais de cada indivíduo. E o capital físico, responsável pela maior visão do esclarecimento para o progresso econômico.

O capital humano trata-se das qualidades adquiridas bem como a educação requerida para determinadas habilidades qualitativas que leva o indivíduo a vivenciar experiências. Quanto ao capital físico é todo e suficiente equipamento e maquinário utilizado por países mais ricos. Ou seja, são dois fatores relevantes, pois um trata da utilização do trabalho do indivíduo que a longo prazo é educado, formado e qualificado para a realização do trabalho, e o outro trata do benefício imediato e abundante de maquinários que podem acelerar tal processo.

Entretanto são estabelecidas as fontes de crescimento, decorrentes da variação do capital e mão de obra, dando ênfase à qualidade desse tipo de prestação de serviços; aumento do estoque de capital; programas educacionais que visam a melhoria do desempenho da mão de obra; o aumento e modernização da tecnologia que envolve agilidade no processo; e estoque de capital e interação dos insumos.

2.1.1 Fatores condicionantes próximos e distantes do crescimento econômico

Os países de modo geral ao longo dos anos vêm tentando desenvolver meios e mecanismos que os auxiliem na busca do crescimento econômico e financeiro, sendo assim contribuindo para a expansão tecnológica e social. Desde então, segundo Fontes (2010) um dos principais desafios com que se depara a economia é identificar e explicar os determinantes do crescimento econômico e do aumento da riqueza das nações.

Nesse sentido, as economias em desenvolvimento vêm buscando absorver as características dos países bem-sucedidos economicamente. E com isso tendem a copiar essas economias, tendo em vista que cada economia deve seguir suas próprias características, seja cultural, social e/ou econômica.

A viabilidade disto está em se manter atualizados com o mercado em escala global, e com isso facilitar a identificação dos fatores que são os responsáveis pelo crescimento econômico dos países desenvolvidos. O que contribui para o desenvolvimento de técnicas e novas políticas econômicas com intuito de contribuir de forma positiva para o aumento das taxas econômicas.

Vasconcelos (2002) completa que um país está realmente melhorando seu nível de desenvolvimento econômico e social se, juntamente com o aumento da renda *per capita*, estiver também melhorando os indicadores sociais, (pobreza, desemprego, entre outros). Com isso podemos destacar os principais fatores próximos e distantes que são determinantes para o crescimento econômico.

2.1.2 Determinantes próximos do crescimento

De acordo com Fontes (2010, p. 103) os fatores próximos são as variáveis que afetam diretamente a acumulação de fatores de produção e a produção ou a adoção de novas tecnologias, que são a dotação de fatores de produção, produtividade e progresso tecnológico que se subdividem em:

- Capital Físico: ambiente físico estrutural utilizado pelas empresas para produzir os seus produtos ou bens;
- Trabalho de Capital Humano: mão de obra utilizada no processo produtivo de bens ou na prestação de serviços que serão utilizados pela sociedade;
- Processo tecnológico: utilização ou geração de tecnologia que auxilie o processo econômico de desenvolvimento das atividades produtivas de uma economia;
- Poupança e investimento: recursos financeiros a disposição de um país que serão disponibilizados para as empresas como forma de investimento do capital dos poupadores.

Para (Ibid. 2010, p. 108) esses determinantes são as variáveis com grande influência sobre a habilidade ou a capacidade de um país acumular fatores de produção e investir na produção do conhecimento.

2.1.3 Fatores distantes do crescimento econômico

Os fatores determinantes distantes para o crescimento econômico são a integração econômica internacional, recursos naturais e estrutura institucional. E, estão classificados em:

- Estrutura institucional: são os ambientes de integração dos investidores que são afetados pela a instabilidade da taxa de inflação e dos preços do mercado;
- Sistema de impostos e taxa adequada: é o conjunto de taxas e tributos que serão cobrados aos residentes do país;
- Sistema legal e eficiente: são o conjunto de leis estabelecido pelo sistema judiciário que deve ser ágil e proteger a propriedade intelectual, patentes e dentre outros;
- Estabilidade política: é a estabilidade política de um país que contribui para o desenvolvimento social, político, econômico e financeiro do mesmo;
- Equilíbrio entre livre mercado e intervenção governamental: faz menção ao nível de intervenção do governo na economia e no sistema financeiro. A presença do governo deve se manter de forma equilibrada;
- Integração econômica internacional: é a abertura econômica e financeira que um país tem em relação ao capital estrangeiro investido em sua economia, quanto mais integrado melhor para o mesmo, pois gera uma maior transação de recursos financeiros;
- Recursos naturais: é a exploração das commodities de um país.

2.1.4 Modelos de Crescimento Econômico

Tais modelos de crescimento econômico, que são estabelecidas pelas escolas do desenvolvimento econômico começaram a se caracterizar precisamente nos anos de 1940 com o intuito de buscar e revelar quais seriam as variáveis que determinam a expansão do produto em um determinado prazo

para o acontecimento. Dessa forma, destacam-se a escola do desenvolvimento e os modelos neoclássicos.

A primeira escola procurou estudar artefatos históricos sobre como se ocasiona o desenvolvimento econômico de economias estrategicamente atrasadas, e como se ocasionaria a passagem de uma economia atrasada para uma economia moderna, nessa corrente do pensamento destacam-se Rostow, Harrod-Domar e Solow.

Na teoria de etapas de Rostow em seu estudo sobre o desenvolvimento, e na evolução de países desenvolvidos, estabeleceram-se estágios que conduzem ao desenvolvimento.

Segundo Oliveira Alves e Vasconcelos (2002, p. 564) “são cinco: a sociedade tradicional; pré-requisitos para o arranco; arranco ou decolagem; crescimento auto sustentável; idade do consumo de massa”.

Na sociedade tradicional, que é aquela com nível de tecnologia baixo e renda *per capita* abaixo do nível; os pré-requisitos para o arranco, que é quando a sociedade ainda está no processo de aceitação da inovação ainda sem querer deixar de lado os costumes tradicionais; o arranco ou decolagem é um processo que se caracteriza como um processo de crescimento contínuo da sociedade, pois ainda assim há uma resistência da segunda etapa; o crescimento auto sustentável, onde já é visível um aumento razoável na taxa de investimento e idade decrescimento de massa, onde os níveis de tecnologias já estão em vapor máximo, podendo assim enxergar que os principais objetivos de uma sociedade não se caracteriza mais em dar ênfase apenas a alimentação básica e sim usufruir de benefícios e confortos gerados pela tecnologia, tais como a própria moradia, locomoção e entretenimento.

A segunda teoria refere-se aos modelos neoclássicos, estabelecidos por um modelo muito utilizado no processo do planejamento econômico, o chamado modelo de Harrod-Domar, que apesar da alta utilização pode oferecer grandes dificuldades como o poder de agregação dada mutuamente e apresenta uma grande contradição como o equilíbrio em fio de navalha.

Oliveira Alves e Vasconcelos (2002, p. 566), “ênfatizam que se um país sair da trajetória de equilíbrio de longo prazo, ele não consegue mais voltar para a trajetória do crescimento equilibrado”. Esse modelo baseia-se na evolução da economia a curto prazo.

Esse modelo trabalha com coeficientes fixos e com uma determinada quantidade de capital e trabalho para poder gerar um determinado produto. Para se ter maior equilíbrio no crescimento econômico o país deve aumentar a dotação dos principais fatores de produção: terra, trabalho e capital.

Segundo Gremaud e Toneto Júnior (2003, p.398):

Esta função de produção nos diz que, dado um dos fatores, este acaba definindo a produção máxima, independentemente de outro fator, isto é, se um dos fatores não cresce, não adianta aumentar a quantidade do outro fator que o produto não se ampliará.

Neste sentido, torna-se relevante destacar que os fatores de produção terão que operar juntos e crescer na mesma proporcionalidade para que se tenha crescimento.

Por sua vez, o Modelo de Solow diferencia do Modelo de Harrod onde se considera uma separação visível nas decisões tomadas no que tange as poupanças e investimentos. Esse modelo apresenta retornos constantes na multiplicação dos produtos pelo mesmo valor dos insumos, tendo em vista que nessa possibilidade, o aumento de apenas um fator gera negatividade no processo, ou seja, ficará decrescente a produtividade marginal dos fatores.

2.1.5 Teoria do subdesenvolvimento

A teoria do subdesenvolvimento está intimamente ligada com processo histórico do desenvolvimento do capitalismo na Europa. O subdesenvolvimento corresponde a uma configuração específica da periferia do sistema capitalista, que se reproduz em diferentes níveis de crescimento (FURTADO, 1998 apud PERREIRA, 2010, p. 3).

Como afirma Pereira (2010, p. 2) “o subdesenvolvimento é o subproduto de desenvolvimento, ou seja, é a estrutura historicamente determinada pela evolução do capitalismo europeu”. Vasconcelos (2002 p, 190) “relata que, a parte da teoria econômica que estuda o comportamento dos grandes agregados ao longo do tempo, é denominada Teoria do Crescimento e Desenvolvimento Econômico”.

O capitalismo apesar de ser o causador do subdesenvolvimento este disponibilizará os mecanismos que possibilite a superação do mesmo. Alcançar a solução para subdesenvolvimento requer o compromisso com a ética e com os valores morais, que possibilitem uma maior estruturação das forças sociais que devem se confundir com os interesses sociais de forma geral.

Deste modo, destacam-se três pontos principais que contribuem para o processo do subdesenvolvimento de uma economia, são eles²:

- Fatores econômicos – que está relacionado à baixa produtividade da economia e o que contribui muito para o não desenvolvimento dessa economia. E como consequência os trabalhadores tem baixos índices de salários o que favorece para não qualificação profissional dos mesmos e com isso fica impossível uma melhoria de sua renda;
- Fatores culturais – baixa qualificação educacional e informacional o que dificulta a expansão da cultura moderna. Isso contribui para o enraizamento de culturas ultrapassadas. Sendo assim a sociedade estará destinada a não inserção em trabalhos melhores o que contribuiria a elevação de sua renda;
- Fatores demográficos – está ligado a alta taxa de natalidade o que contribui para a miséria das famílias.

Contudo a teoria do subdesenvolvimento está ligada a esses e outros fatores que afetam o desenvolvimento econômico, financeiro, cultural e social de uma sociedade.

2.2 Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico de uma nação se dá por meio da retenção de bens financeiros e do desenvolvimento social, esse processo de desenvolvimento econômico, financeiro e social deve ser acompanhado pela aplicação e introdução de novas tecnologias o que deverá proporcionar o maior

² Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/subdesenvolvimento-os-problemas-sociais.htm>>. Acesso em: 03 de mar 2015

desenvolvimento, de forma a compreender os mais diversos setores da economia.

Como afirma Fontes (2010, p. 333), “desenvolvimento é o processo de crescimento de uma economia, ao longo do qual se aplicam novas tecnologias e se produzem novas transformações sociais, que acarretam melhor distribuição de riqueza e da renda”.

Para Gremaud (2011, p. 196):

Desenvolvimento econômico é um processo, que envolve além do crescimento econômico, alterações na estrutura da economia que culminam na melhoria do padrão de vida da população. Podendo salientar assim que o crescimento econômico requer de um alto fator de produtividade, ou seja, um aumento na quantidade dos bens e serviços por hora de trabalho, em associação com um baixo nível de desigualdade de renda e pobreza.

Cacciamali (2008, p. 470) “esclarece que o desenvolvimento econômico e humano, por sua vez, pressupõe que, paralelamente ao crescimento econômico, a maior parte da população da sociedade seja a principal beneficiária das mudanças em andamento”. Em consonância Oliveira Alves e Vasconcellos (2002, p. 561), mencionam que:

Desenvolvimento econômico inclui as alterações da composição do produto e alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores do bem estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição, educação e moradia.

O desenvolvimento representa tudo o que contribui diretamente para a melhoria de vida e bem estar do indivíduo, relacionadas à suas melhores condições e qualidade de vida. Entretanto é esperado que ao longo do tempo devam ocorrer para a população, melhorias em seu padrão de vida, nas suas condições de saúde em sua estimativa de vida, maiores oportunidades, e maior condição na educação.

Desenvolvimento começou a ser entendido e medido como o processo de industrialização. Foi a partir dessa idéia, que o começou a se fortalecer

desde o grande aumento da produção agrícola, o qual foi responsável pela liberação de mão de obra e diversos recursos para as áreas urbanas, ajudando desde então na construção do parque industrial.

Nesse sentido, estratégias de desenvolvimento foram adotadas, como a famosa substituição de importação, tida como o crescimento para dentro. Segundo Gremaud (2007, p. 567) “consistia em proteger os produtores domésticos da competição estrangeira, por meio de quotas e tarifas, para que pudessem expandir sua produção e substituir bens que eram importados”.

Tratava-se de uma estratégia que visava o retorno pelo produto exportado. Mas isto não foi tão bem sucedida e acabou esgotando na maioria dos países, pois eram poucos produtos agrícolas produzidos, a um custo enorme e inovação zero. Com o fracasso dessa tática, os países passaram a dar ênfase a redução das barreiras comerciais, mais uma técnica adotada por países em desenvolvimento. Gremaud e Toneto Junior (2007, p. 567) “propõem que as estratégias adotadas começaram a liberar importações pela redução de tarifas e quotas, e a encorajar as exportações mediante desvalorização e medidas mais diretas”.

O “crescimento para fora” foi um sucesso proporcionando assim o crescimento das exportações de produtos manufaturados. Mas ainda assim essa grande abertura comercial no setor externo não foi o suficiente, posto a considerar a alta nas taxas de poupanças, investimentos em educação, políticas fiscais e evitar elevações indevidas nos preços, assim um país segue ao desenvolvimento.

Quando se fala em desenvolvimento, acredita-se em um grande crescimento advindo de fatores relevantes oriundos do mesmo. Para que possa haver desenvolvimento é necessário que haja uma combinação, participação e interação entre determinados fatores que motivam o desenvolvimento econômico.

Segundo Borja Reis (2008, p. 11) “o investimento é a variável-chave para o desenvolvimento e segue a expansão dos componentes autônomos, o investimento público constitui parcela importante desse montante e é essencial para conduzir o ciclo de crescimento da economia”. Dessa forma vale salientar que o desenvolvimento tem como composto importante o investimento, para o fortalecimento do crescimento econômico.

O investimento público, um tipo de gasto público, possui um papel ainda mais específico do que o gasto público em geral. Enquanto os gastos públicos constituem-se em um componente da demanda agregada e determinam a intensidade do multiplicador, o investimento público representa, também, criação de capacidade produtiva. (Ibid., 2008, p. 11)

De certa forma, o investimento público ocasiona o investimento privado, pois é incidente na produtividade total dos fatores de produção, como, por exemplo, a infraestrutura na sua integração física, nas compras de empresas estatais que constituem a demanda autônoma que serve na ocasião do uso da capacidade ociosa, que de certa forma não encontrariam estímulos para a sua produção.

Em seu discurso (Ibid., 2008, 14) “reforça que o volume e a composição dos investimentos públicos são cruciais para a taxa do investimento, para a sua distribuição setorial e para a produtividade do conjunto da economia”. Ou seja, é através do investimento público que é demandado vários insumos como a construção civil, máquinas e equipamentos, educação, tecnologia entre outros.

2.2.1 Indicadores do Grau de Desenvolvimento

Está destacado nesse ponto do estudo o embasamento teórico de quais formas são medidas o desenvolvimento econômico e conceituação de cada indicador econômico.

- **PIB *Per capita***

Para Gremaud et al., (2003, p. 403) trata-se de uma média, que representa a renda média da população de um país. O que de certo modo, não significa que todos os indivíduos possuam a mesma quantidade de renda. Uma proporção de indivíduos se estabelece com uma renda menor e outros se beneficiam com uma renda maior.

E, isto corrobora para que se estabelecida através do PIB *per capita* uma variação razoável, de quanto mais renda se concentra nas mãos de poucos habitantes, menos desenvolvido deve ser considerado o país. Pois é considerado que apesar de um país em média ter uma boa condição de vida, a maioria da população apresenta uma qualidade de vida inferior e baixo acesso aos bens, pois a renda está ocasionando bem estar apenas a uma pequena parcela da população.

- **Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**

Desenvolvido para suprir as necessidades deixadas pela renda *per capita*, onde não se estabelecia, como um adequado indicador de desenvolvimento econômico, trata-se de ações relacionadas ao bem estar e as condições de vida como um todo, o IDH foi criado para se ampliar em suas margens de pesquisas, estudos de diversas variáveis relacionadas a renda, distribuição, condição de saúde, educação entre outras, e, portanto, uma forma bem mais ampla de pesquisa.

Segundo Vasconcelos (2002 p. 371) “considera além do IDH *per capita*, outros indicadores de desenvolvimento, como a expectativa de vida ao nascer,

as taxas de alfabetização de adultos, a paridade do poder efetivo de compra da renda interna”.

Gremaud et al., (2003, p. 402) “ressaltam que o IDH é um índice que vai de 0 a 1, e que quanto mais próximo da unidade maior probabilidade de desenvolvimento no país”. E, deste modo, assume-se como uma média aritmética três indicadores indicador de renda; indicador que possa captar a saúde da população; e indicador que trate da situação da educação da população.

- **Distribuição de Renda**

Fator importante para o crescimento e desenvolvimento de um país, refere-se a forma como suas riquezas são partilhados com a população, desde a distribuição de renda setorial a exemplo da economia, indústria serviços e outros, assim como a distribuição de renda regional que demonstra a participação de cada região na renda global do país.

- **Pobreza**

De modo geral, ser pobre é não ter o atendimento das necessidades biológicas. Para Gremaud et al., (2003, p. 201) “o conceito de pobreza está relacionado aos indivíduos que não possuem recursos, ou habilidades suficientes para cobrir suas necessidades correntes de alimentação, vestuário, moradia, educação e saúde”.

A subdivisão deste conceito se dar a partir da definição de pobreza absoluta onde se observa uma situação crítica na carência de recursos mínimos essenciais para as necessidades de sobrevivência do ser humano, e com o conceito de pobreza relativa, onde são considerados pobres aquelas pessoas cuja renda é inferior, a 40%, por exemplo, da renda média.

Existem várias formas de se medir a pobreza, umas delas é a chamada linha da pobreza, sendo definido um valor de renda abaixo do qual os indivíduos não serão capazes de atender de forma adequada suas

necessidades básicas, essa linha é considerada o ponto de corte entre os pobres e os não pobres.

- **Coeficiente Gini**

Parâmetro internacional usado para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países, esse coeficiente é obtido através da curva de Lorenz, que mostra como a proporção da renda total aumenta em função da proporção da população, ou seja, descreve de que forma a renda é apropriada pela população.

Na representação gráfica a classificação da porcentagem das pessoas ou das famílias que recebem até um determinado nível de renda fica representado através do eixo horizontal, e a porcentagem da renda agregada calculada para cada porcentagem da população obtida no eixo anterior representado através do eixo vertical.

O coeficiente de Gini calculado para diferentes países e em diferentes períodos de tempo, sempre se situa em pontos intermediários entre 0 e 1, onde quanto mais próximo de zero menor é a desigualdade de renda de país, ou seja, melhor a distribuição de renda. Quanto mais próximo do 1, maior a concentração de renda num país.

Figura 1 Representação gráfica do coeficiente de Gini



Fonte: Rossetti, (2003, p. 275).

Dessa forma pode-se observar através de representação gráfica um exemplo do coeficiente de Gini, afim de melhor entendimento. Mostrando a curva de Lorenz, a área de concentração, enfatizando que quanto menor for a renda maior é a população.

2.3 Orçamento público

Esse é um ponto essencial para se tratar neste trabalho. A contabilidade em seu grandioso estudo se divide em várias ramificações as quais procuram identificar cada área específica a ser estudada.

Sendo assim para Headley (2014 p. 60) “a organização pública precisa ainda atuar de acordo com as diretrizes traçadas pelos órgãos centrais de planejamento, de orçamento federal e de controle interno”. Dessa forma todo processo de gestão público pode se estruturar no planejamento e no processo de elaboração e execução de seus orçamentos.

Para Silva (2009, p.167) citado por Bezerra filho (2012, p. 4) “o estudo do orçamento público pode ser considerado do ponto de vista objetivo ou subjetivo”. No qual em seu aspecto objetivo é estudado a lei do orçamento e as

normas que se referem a sua preparação, sanção legislativa, execução e controle. Já em seu aspecto subjetivo se trata da faculdade concebida pelo povo de aprovar por seus representantes eleitos, todos os gastos que o governo realizara durante todo o exercício.

Segundo Bezerra Filho (2012, p. 5):

O orçamento público é uma ferramenta legal de planejamento do ente federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) onde são projetados os ingressos e os gastos orçamentários que serão realizados em um determinado período, objetivando a execução dos programas e ações vinculadas às políticas públicas, bem como as transferências constitucionais, legais e voluntárias, os pagamentos de dívidas e outros encargos inerentes as funções e atividades estatais.

Giacomoni (2009, p. 54) “caracteriza o orçamento público por possuir uma multiplicidade de aspectos: público, jurídico, contábil, econômico, financeiro, administrativos etc”. Neste sentido o seu conceito sofre mudança ao longo do tempo. Mudanças essas ocasionadas pela evolução de suas funções. Dessa forma, o objetivo do orçamento público é identificado no controle dos gastos, nas gestões de recursos, no planejamento e na administração macroeconômica, nesse caso, na distribuição de renda e crescimento econômico.

Nesse sentido, deve-se destacar a importância das funções econômicas do Estado, as quais são classificadas em alocativa, que faz ajustamentos na alocação de recursos; distributiva onde promove ajustamentos na distribuição de renda; e a função estabilizadora que é responsável em manter a estabilidade econômica.

Quanto à função alocativa, Bezerra Filho (2012, p.7) “ênfatiza que é uma atividade estatal de alocação de recursos e que se justifica naqueles casos em que não houver a necessária eficiência por parte de mecanismo da ação privada (sistema de mercado)”.

Nesse caso é bem diferenciado o bem público do privado. O privado é tido como uma troca de produto e transferência de um bem, finalizando toda a operação é tida como operação eficiente. Já no bem público tais benefícios não

podem ser individualizados nem recusados pelos consumidores, tendo como exemplo os impostos pagos ao governo.

Para a função distributiva (Ibid., 2012 p. 8) “destaca que trata especificamente da necessidade do Estado em intervir nos aspectos sociais e econômicos que afeta negativamente a distribuição de riqueza de uma sociedade”. Ou seja, é uma forma que o estado tem de amenizar um problema, normatizando assim tais diferenças arrecadando impostos de indivíduos com renda mais alta e transferindo-o para indivíduos de renda mais baixa.

Ressalta Giacomoni (2009, p. 26) a terceira função como:

Essa é a função mais moderna dentre as três, pois adquiriu especial importância como instrumento de combate aos efeitos da depressão dos anos trinta e a partir daí esteve sempre em cena, lutando contra as pressões inflacionárias e contra o desemprego, fenômenos recorrentes nas economias capitalistas do pós guerra.

Essa função se utiliza de instrumentos fiscais e de outros cunhos monetários onde visa o controle da oferta monetária.

2.4.1 Orçamento Programa

Ferramenta criada pelo governo para planejar as suas ações junto a sociedade, este instrumento de trabalho tem como função principal criar um plano de negócio estruturado onde seja possível planejar suas ações e estabelecer os objetivos e metas seguindo um plano de custeio pré-estabelecido, com intuito de evitar o desperdício do dinheiro público.

Segundo Bezerra Filho (2012, p.11):

Orçamento programa é um instrumento de planejamento que permite identificar os programas, os projetos e as atividades que o governo pretende realizar, além de estabelecer os objetivos, as metas, os custos e os resultados esperados e oferecer maior importância dos gastos públicos.

Assim, pensar em orçamento programa é enfatizar todos os tipos de recursos pessoais e financeiros para a busca da realização do programa. Giacomoni (2009, p.186) “diz que no orçamento programa no enfoque de efeito de elaboração orçamentária anual, seriam considerados os programas, decompostos nas atividades a serem executadas em cada exercício”.

Esse é um tipo de orçamento moderno que se originou logo após o orçamento tradicional. Cabe a partir daí dar ênfase ao modelo orçamentário brasileiro que é estabelecida pela elaboração, aprovação, execução e prestação de contas, expandindo todos os programas governamentais e suas ações procurando sempre atender as demandas da população. Esse tipo de programa interfere no final do exercício, se as metas, objetivos e diretrizes forem atendidas mantendo a questão da eficiência, eficácia e efetividade.

Bezerra Filho (2012, p. 14) propõe que:

A eficiência pode ser definida como o resultado obtido a partir da relação existente entre o volume de bens ou serviços produzidos e o volume de recursos consumidos, para alcançar o melhor desempenho na operacionalidade das questões das ações de competência de uma organização.

Trata da ação de se medir a relação que envolve o custo do material, recursos humanos e financeiros na execução de ações do governo. E também

verificar os padrões sobre o desempenho das metas estabelecidas pelo governo na execução de suas ações junto à sociedade.

Dessa forma ocorrerá a eficiência quando não tem finalidade o resultado do trabalho, seja com déficits ou excedentes nos produtos e serviços, ou também quando não se ver um bom resultado nas melhorias esperadas entre outros.

Para Baracho (2000, p. 141) citado por Bezerra Filho (2012, p.14) “a eficácia deve ser medida pelo grau de cumprimento dos objetivos fixados nos programas de ação comparando-se os resultados realmente obtidos”. Ou seja, ocorre quando todos os objetivos traçados são explicitamente atingidos, sendo que tal avaliação não pode ser feita sem antes haver prévio planejamento dos governos, que traçaram suas metas e objetivos almejados.

É o método onde se verifica quando uma ação feita pelo governo surtiu o efeito esperado ou não, ou seja, é uma forma de se avaliar as ações do governo. Ainda conforme afirma Bezerra Filho (2012, p. 16):

Relata que na administração pública o valor efetivo ou potencialmente criado não pode ser medido com base exclusivamente nos produtos, já que esses quase nunca tem significado em si, mas em relação aos resultados e impactos que geram.

Essa é uma avaliação feita através da medição do impacto final da atuação em relação ao total de indivíduos afetados.

2.3.2 Orçamento Participativo

De acordo com Pascoal (2008, p. 16 e 17) citado por Bezerra Filho (2012) “o orçamento participativo caracteriza-se por uma participação direta e efetiva das comunidades na elaboração da proposta orçamentária do governo”. É com esse tipo de participação estabelecido pelo governo, que os indivíduos expressam suas idéias e o governo acolhe em busca de melhorias.

Como ressalta Greggianin (2002, p. 7) “do ponto de vista político, o orçamento participativo fundamenta-se nos mesmos pressupostos democráticos que deram origem à instituição orçamentária e que estão

relacionados ao exercício da cidadania no controle da atividade financeira do estado”. Ou seja, isso demonstra que a população tem pleno poder e direito de participar das decisões sobre aplicação dos recursos financeiros públicos, com a finalidade de atender as necessidade da sociedade como um todo.

2.4 Classificação dos Orçamentos Públicos no Brasil

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988 foi estabelecido pelo Poder Executivo, o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LAO).

2.4.1 Plano Plurianual - PPA

Estabelece as metas e os objetivos desenvolvidos pela administração pública brasileira para a aplicação do capital público em programas sociais criados pelo próprio estado.

Headley (2014, p. 72) diz que:

No contexto brasileiro, o plano plurianual, representa o planejamento estratégico do Governo Federal; embora esse tipo de planejamento não complete a definição da missão e a visão do futuro elas foram construídas pela Secretaria do Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CNPES) e pelo núcleo de Assuntos Estratégicos da presidência da República.

Bezerra Filho (2012, p. 27) “ressalta que o PPA estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada”. Trata-se de um planejamento estratégico quadrienal.

Nesse mesmo enfoque Ribeiro (2013, p.6) “conceitua como sendo um documento que especifica receitas e despesas em uma perspectiva de médio prazo”. E nesse documento o governo estabelece as perspectivas sobre as aplicações dos recursos financeiros públicos em benefício de toda a sociedade.

Trata-se de um Projeto de Lei enviado pelo Presidente da República ao Congresso no último dia de agosto do primeiro ano do seu mandato. Para que seja bem elaborado o PPA, Bezerra Filho (2012, p.28) “menciona que é preciso considerar a identificação dos problemas, (causa e efeito); estabelecer as diretrizes; estabelecer os objetivos; levantar os programas; levantar ações produtos gerados; metas físicas e as estimativas de custos”.

Já para o pensamento de Giacomoni (2012, p.215):

A lei do plano plurianual passa a se constituir na síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública orientando a elaboração dos demais planos e programas do governo, assim como do próprio orçamento anual.

Desse modo, o PPA é considerado como uma ferramenta de planejamento que proporciona soluções de problemas encontrados pelos governantes.

2.4.2 Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO

Refere-se ao planejamento tático capaz de compreender todas as prioridades e metas estabelecidas pela Administração Federal, dentre todos os planos e despesas que serão utilizadas no ano subsequente; responsável pela orientação da LOA oferece as alterações na legislação tributária e segue estabelecendo toda a política das agências financeiras do fomento.

De acordo com Sanches (2004, p. 204), citado por Gontijo (2012, p.7) “[...] a LDO constitui a maior novidade em termos de instrumental de orçamentação pública” trazida pela Carta de 1988.

Para Giacomoni (2009, p. 221)

Uma lei de diretrizes, aprovada previamente, composta de definições sobre prioridades e metas, investimentos, metas fiscais, mudanças na legislação sobre tributos e políticas de fomento, a cargo de bancos oficiais, possibilitará a compreensão partilhada entre executivo e legislativo sobre os vários aspectos da economia e da administração do setor público, facilitando sobre maneira a elaboração da proposta

orçamentária anual e sua discussão e aprovação no âmbito legislativo.

Entretanto a LDO deve ser encaminhada ao congresso em até oito meses e meio antes que seja encerrado o exercício e encaminhado para a sanção até o dia trinta de junho, sendo que poderá ser adotados novos prazos de acordo com normas que o possibilita, para que haja sobretudo tempo de cumprir as finalidades na elaboração do projeto de lei orçamentária anual.

Um dos importantes conteúdos atribuídos às leis de diretrizes orçamentárias pela lei de responsabilidade fiscal é dispor sobre normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos (Ibid., 2009, p. 239).

Headley (2014, p. 80) “comenta que a LDO compreenderá as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente orientando a elaboração da LOA que, por sua vez proverá os recursos necessários para cada ação constante da LDO”. E desse modo, em virtude do conteúdo que sustenta a LOA, a aplicação de recursos financeiros públicos para custear obras ou serviços no território nacional, deverá o governo seguir as regras e diretrizes estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, incumbidas aos órgãos públicos nacionais, quanto a custear obras ou serviços com dinheiro público.

2.4.3 Lei Orçamentária Anual - LOA

Trata-se de Projeto de Lei enviada todos os anos pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, com prazo estabelecido pelo PPA, que através das autorizações da LOA todas as despesas do decorrer do exercício serão executadas.

Headley (2014, p.94) “ênfatiza que a LOA representa uma lei com característica formal, pois sua implantação percorre todo o processo legislativo (Discussão, Aprovação, Votação e Devida Publicação)”.

Em seguridade a LOA compreenderá a todos os orçamentos fiscais, de seguridade social e orçamentos de investimentos. Está sob a responsabilidade

do sistema de planejamento e orçamento federal, onde o governo federal desenvolve todos os programas e todo processo de elaboração.

2.5 Receita Pública sob o Enfoque Orçamentário

Considerada como conjunto de disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias representa o ingresso de recursos financeiros nos cofres públicos. Referem-se aos recursos que pertencem ao ente, não devolutivos, exceto nas operações de Créditos, podendo ou não ter previsão legal na LOA, e que serão contabilizadas pelo Regime de Caixa conforme o art. 35 da Lei nº 4.320/ 64.

Segundo Bezerra Filho (2012, p. 83):

Na receita orçamentária os recursos recebidos necessários a efetivação das políticas públicas através dos programas de governo estabelecidos na LOA, são chamadas de receita orçamentária ou de receita pública, considerada como um conjunto de dos ingressos disponíveis para a cobertura das pessoas orçamentárias e para as operações que, mesmo sem ingresso de recursos, financiem despesas orçamentárias, como é o caso das chamadas operações de credito em bens ou serviços.

Para Giaconomi (2009, p.140) “o orçamento da receita é constituído apenas por quadro analítico com as estimativas de arrecadação de cada um dos tipos de receita da instituição além de alguns outros quadros sintéticos”. Ou seja, é estimada na peça orçamentária.

Ainda sobre o enfoque da receita extraorçamentária, Bezerra Filho (2012, p.84) “diz que essa receita, é aquela que ingressa nos cofres públicos, porém não pertence ao ente, órgão ou entidade que a recebeu”. Ou seja, não é considerada uma receita pública.

A receita pública possui características específicas, visto que são aquelas oriundas de recursos de terceiros, na posse da administração pública, que não possui vinculo algum em fontes de recursos para as despesas, e sua contabilização é feita em contas patrimoniais de natureza financeira.

Neste aspecto, Costa (2009, p.37) “considera que receita pública é todo e qualquer recebimento de recursos pelos órgãos públicos, incluindo os recebimentos que sejam pertencentes a eles, mas também os recebimentos que figurem como depositários”. Sendo assim as receitas orçamentárias devem estar previstas na Lei de Orçamento Anual.

2.6 Despesas Públicas Sobre o Enfoque Orçamentário

De acordo com o proposto por Baleiro (2001, p.73) citado por Bezerra Filho (2012, p.132) a despesa orçamentária possui dois conceitos básicos. O primeiro estabelece despesa orçamentária como “[...] o conjunto dos dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de Direito público, para funcionamento dos serviços públicos”.

Dessa forma, o segundo conceito torna-se mais específico que o primeiro, pois trata da despesa pública em relação aos recursos financeiros, as quais geram as receitas públicas, resultante da aprovação de um chefe do poder legislativo, sancionado pelo executivo. Bezerra Filho (2012, p.136) enfatiza que:

Despesas orçamentárias constituem um conjunto dos gastos públicos autorizados por intermédio dos orçamentos ou de créditos adicionais destinados as demandas econômico social da sociedade de um ente federativo pertencente ao exercício financeiro da emissão do respectivo empenho.

Contudo, todo gasto autorizado por créditos adicionais destinados a sociedade como demandas sócio econômicas são denominados de despesas orçamentárias.

Sobretudo, para ampliar os conhecimentos e esclarecer essa etapa do trabalho no próximo item iremos detalhar de forma geral como se encontra e economia brasileira.

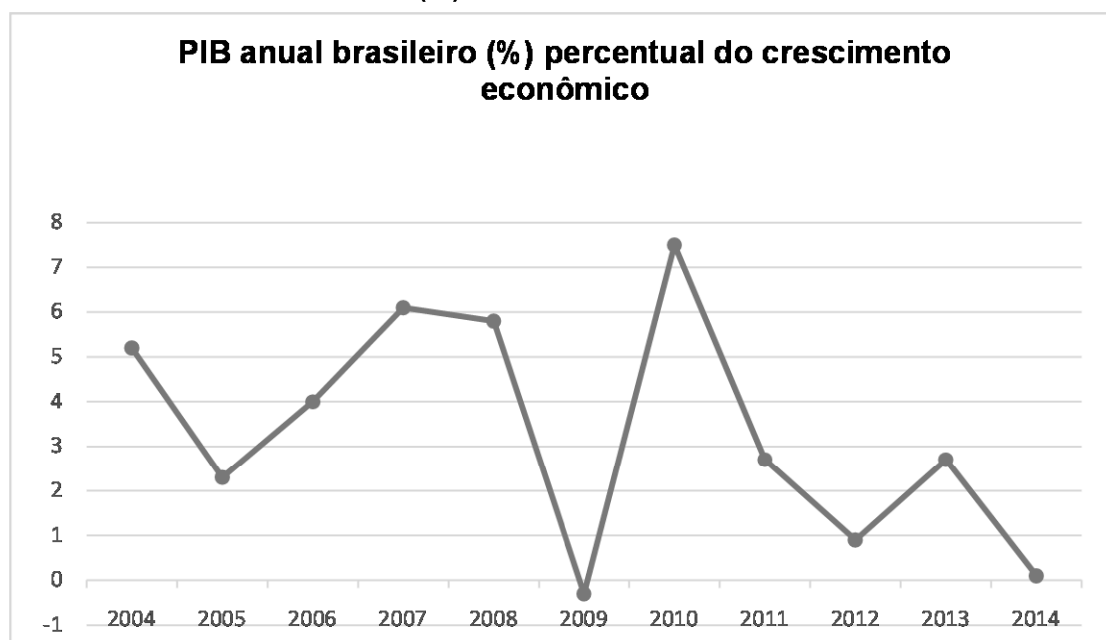
2.7 Contextualização da economia brasileira

O Brasil é um dos maiores países em extensão territorial do mundo com 8.515.767,049 km² segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). Devido a essa grande extensão territorial o Brasil possui grandes variações de atividades produtivas sendo executada em seu território, tendo destaque a agropecuária. Além de considerado como um país rico em recursos naturais.

Composto por 26 Estados e um Distrito Federal, o Brasil possui uma população de 190.732.694 pessoas segundo o Censo realizado pelo IBGE no ano de 2010 (IBGE, 2015). Dentro dessa conjuntura o país dispõe de economia aberta e que está inserida numa estrutura globalizada. E, visto como grande produtor e exportador de *commodities* como, por exemplo, o petróleo, minérios e produtos alimentícios.

O Gráfico 1 mostra o PIB anual brasileiro no que tange ao crescimento econômico do país.

Gráfico 1 PIB anual brasileiro (%) do crescimento econômico



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Verifica-se que nos primeiros cinco anos a economia brasileira se manteve relativamente estável. Em 2009, considerado o pior ano para economia brasileira, o PIB do país alcançou índice negativo de - 0,3%.

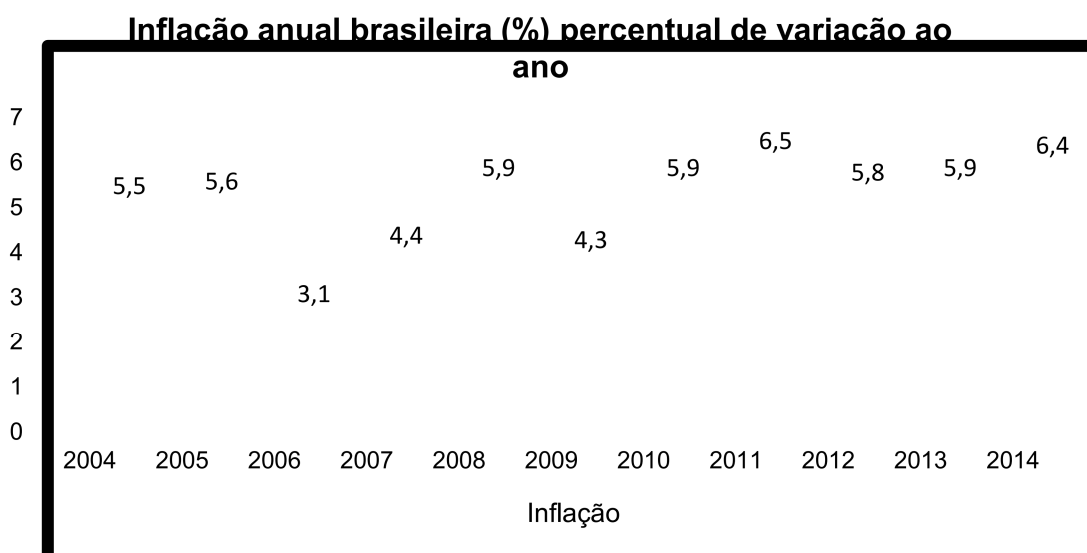
Percebe-se que o cenário econômico do país se mostrou com melhor resultado no ano de 2010 com 7,5%. Esse cenário nos anos seguintes começa a mudar, e assim os resultados para a economia brasileira se mantiveram em constante processo de diminuição ou queda.

Quanto às projeções para o PIB no ano de 2015, dados indicam uma queda de 1,1% (BRASIL ECONÔMICO, 2015). Produto interno bruto e inflação são responsáveis em sua estabilidade, em manter o cenário da economia e proporcionar o crescimento econômico de um país.

Segundo o Portal Brasil (2012) a inflação é o aumento contínuo de preços de bens, produtos e serviços em uma determinada região durante um dado período. Ou seja, caracteriza-se pelo aumento contínuo dos preços dos produtos que se tornam mais caros de forma descontrolada, fazendo com que o poder da moeda nacional cai e perca seu valor.

Observa-se Gráfico 2 a situação anual, em percentual da inflação brasileira nos últimos dez anos.

Gráfico 2 Inflação anual brasileira (%) percentual de variação ao ano



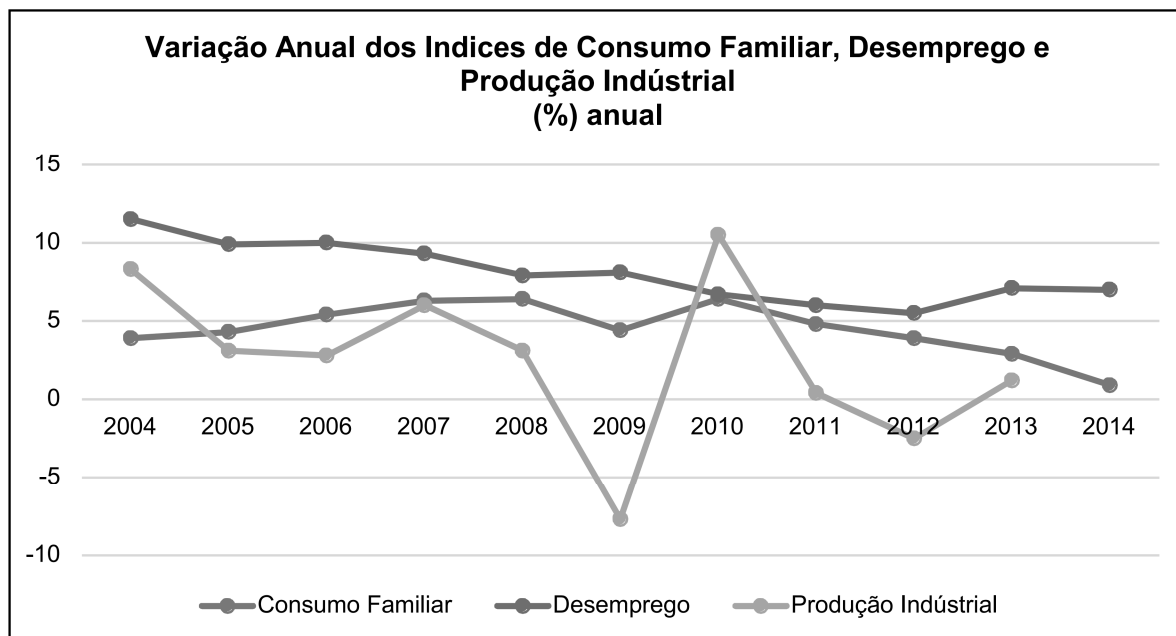
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Nota-se que a inflação brasileira alcançou 3,1% em 2006; nos dois anos seguintes subiu para 4,4% e 5,9%, em 2007 e 2008, respectivamente; em 2009, volta a cair chega a 4,3%; no ano seguinte, em 2010 atingiu 5,9%; e desde então a inflação voltou a crescer e em 2014 marca 6,4% ao ano. Como resultado disto, tem-se aumento efetivo no preço dos produtos; desaceleração da economia brasileira; e significativa queda no poder de consumo da população.

Segundo o IBGE (2015) a inflação no Brasil, já acumulou nos quatro primeiros meses de 2015 4,56% e nos últimos 12 meses passados 8,17%. Projetando inflação para o ano de 2015 em 7,9% e para o ano de 2016, 5,3% de acordo com o Banco Central (2015). Neste aspecto, observa-se a necessidade de analisar taxas como inflação, desemprego e produção industrial para obter o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil.

No Gráfico 3 verifica-se o percentual anual dos fatores consumo familiar, desemprego e produção industrial.

Gráfico 3 Variação anual dos índices de consumo familiar, desemprego e produção industrial anual (%)



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Identifica-se que o consumo familiar, em 2011, 2012 e 2013 apresentou queda em relação aos anos anteriores, com variações entre 4,8%, 3,9% e

2,9%; em 2014 caiu para 0,9%. O desemprego representa um fator relevante a ser observado, visto que, o ano de 2009 marcou 8,1%; esse índice caiu nos dois anos seguintes, com variações entre 6,7% e 6,0% em 2011 e 2012 respectivamente; 2013 alcançou 7,1%; e em 2014 ficou 1,1% menor quando comparado com o ano de 2009.

Quanto à produção industrial, constata-se que o ano de 2009 caiu para -7,7%; no ano seguinte sofreu alta e chegou a 10,5%. Observa-se que nos últimos anos, a produção industrial sofreu decréscimo na variação anual e alcançou em 2013 1,2%. Infere-se a probabilidade de aceleração da economia brasileira.

Torna-se relevante mencionar que a ocorrência de diminuição dessas taxas, atrasa o crescimento e desenvolvimento de um país aumentando sobretudo a taxa de juros; Conforme, o Portal Brasil (2015) a taxa de juros em projeção para 2015, pode chegar a 12,25%.

Contudo, de acordo com os dados apresentados entende-se que a atual conjuntura econômica do país poderá contribuir para o rebaixamento da sua posição no *ranking* mundial da economia. Conforme alega Fraga (2015) o fraco crescimento do Brasil deverá fazer o país perder o posto de 7ª maior economia do mundo para Índia já em 2015.

A real situação econômica brasileira pode ser decorrente dos altos investimentos feito pelo governo para a construção de obras de melhoria, partindo-se do pressuposto de que o gerenciamento e a má administração de tais valores contribuíram para que o Brasil chegasse ao cenário econômico atual.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação quanto à forma de abordagem do problema

Essa pesquisa é delineada como qualitativa e quantitativa. É qualitativa por analisar e interpretar dados relativos à natureza dos fenômenos estudados. Os dados foram coletados de maneira primária, originários das delimitações traçadas neste estudo, através de abordagem qualitativa. Para Collis e Hussey (2005) a pesquisa qualitativa utiliza técnicas de dados como a observação participante, história ou relato de vida, entrevista e outros.

Quanto à análise dos dados, é tipificada como quantitativa, por empregar o uso de números, cálculos e dados estatísticos. Segundo Martins e Theophilo (2009, p. 107) pesquisas quantitativas “[...] são aquelas em que os dados e as evidências coletados podem ser quantificados, mensurados”.

Dessa forma esse estudo busca esclarecer dúvidas e apresentar informações, que propiciem a construção de um arcabouço teórico, acerca do tema estudado.

3.2 Classificação quanto aos objetivos gerais

A classificação dessa pesquisa é formulada e fundamentada como uma pesquisa exploratória e explicativa. Para Gil (2009, p. 41) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-los mais explícitos ou a construir hipóteses. Neste aspecto, esse estudo, se propõe a analisar e apontar o impacto gerado pela Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil, no tocante aos investimentos necessários para a sua realização.

Segundo Dencker (2000) a pesquisa explicativa consiste na aplicação de método adequado para pesquisas que procuram estudar a influência de determinados fatores na determinação de ocorrência de fatos ou situações. Assim procura-se explicar os fatos ocorridos, o porquê e o que contribuiu para a realização desses fatos.

3.3 Classificação quanto aos procedimentos técnicos

Foi definido que segundo a literatura essa pesquisa foi identificada como sendo de caráter bibliográfico, documental e de levantamento de dados.

Segundo Oliveira (2002), esse tipo de pesquisa é realizada em bibliotecas públicas, faculdades, universidades e, atualmente, nos acervos que fazem parte de catálogo coletivo e das bibliotecas virtuais.

É de caráter documental, pois os dados estão restritos a documentos, escritos ou não, constitui o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONE; LAKATOS, 2007).

Esse estudo foi desenvolvido a partir de fontes primárias extraídas de *sites* e também de segunda mão, de modo que os dados coletados foram mensurados e quantificados em tabelas e gráficos para uma melhor visualização dos resultados encontrados.

3.4 Classificação quanto ao método de abordagem

Quanto à abordagem, o estudo se adéqua ao método indutivo e dedutivo. É indutivo por apresentar dados particulares, suficientemente constatados, numa verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. E, dedutivo por procurar conhecer a partir da busca em artigos, revistas, jornais e *sites* considerados como fontes em linhas gerais e/ou universais para explicar a ocorrência de fenômenos particulares.

3.5 Universo e amostra da pesquisa

O universo de pesquisa é composto por uma amostragem não-probabilística, distribuída por acessibilidade ou conveniência, segundo critérios subjetivos associados ao interesse no tema pelo pesquisador. Para Vergara (1997) o universo de pesquisa representa o conjunto de elementos que possuem características que serão objeto do estudo.

A seleção da amostra ou população amostral é intencional e não-probabilística, nas amostras intencionais enquadram-se diversos critérios ou elementos em que o pesquisador deliberadamente escolhe certos quesitos para pertencer à amostra. Ainda segundo (Ibid., 1997) representa parte do universo escolhido, selecionada a partir de um critério de representatividade.

Neste aspecto, os dados e informações não podem ser generalizados para a totalidade da população, mas podem proporcionar os elementos necessários para a identificação da dinâmica deste tipo de investigação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 Investimento inicial do governo para a copa do mundo de futebol de 2014

Para a construção e desenvolvimento a partir deste ponto do trabalho, tomou-se como base dados disponíveis no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo Federal, de maneira que havendo a necessidade de acrescentar algum dado, este será referenciado adiante.

Inicialmente a escolha para realização da Copa do Mundo no Brasil foi concedido pela FIFA em 2007. Com essa decisão o Brasil teria que cumprir o papel de anfitriã e oferecer ao mundo uma estrutura adequada e de qualidade a fim de possibilitar o conforto aos visitantes e a população de um modo geral.

Entretanto, para o evento acontecer o país precisaria investir dinheiro, que sairiam dos cofres públicos, para financiar as obras de infraestrutura urbana, mobilidade social, investimentos para reforma e construção dos estádios que foram erguidos e reformados nas 12 cidades-sedes. E, o ponto básico do plano para a Copa era a premissa de que o torneio representa uma oportunidade histórica para promover o desenvolvimento do país. (PORTAL DA COPA, 2014).

Dessa forma, dar-se-ia início com o planejamento e criação dos projetos de melhoria para receber visitantes de diversas partes do mundo. Segundo o Ministério do Esporte (ME), em 2012 os planos do Comitê Organizador previam iniciativas nos domínios dos aeroportos e dos portos, da mobilidade urbana,

das comunicações, da cultura, da saúde, da segurança, da sustentabilidade, da transparência e do turismo.

Para tanto foram traçados projetos de infraestrutura (desportiva com os projetos dos doze estádios, em que seis teriam prazo final de entrega da obra a Copa das Confederações e os outros seis seriam entregues seis meses antes da Copa do Mundo). Nos projetos de infraestrutura e serviços foram planejadas estruturas que melhorariam a telecomunicação, turismo, hotelaria e segurança pública.

Quase todas das obras da Matriz de Responsabilidades fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que implica em estratégias importantes e seriam realizadas independentemente do país receber ou não a Copa do Mundo (PORTAL DA COPA, 2014).

Todas as obras que financiadas pelo Governo Federal nas cidades-sede, para construções, reformas, obras de mobilidade urbana, de melhoria social, entre outras, receberam recursos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Brasil (BB) e Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL).

O Quadro 1 evidencia os valores em reais investidos por estas instituições financeiras, para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Quadro 1 Investimentos por instituições para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil

INSTITUIÇÃO	VALOR CONTRATADO (EM R\$)	VALOR LIBERADO (EM R\$)	DIFERENÇA
CEF	3.536.100.000	2.749.135.475	786.964.525
BNDES	5.695.932.910	5.307.471.849	388.461.061
BNB	1.014.173.829	737.833.914	276.339.915
BB	91.700.000	91.700.000	0
BANRISUL	10.429.306.739	8.977.841.238	1.451.465.501
TOTAL	2.076.721.348	1.786.398.248	290.323.100

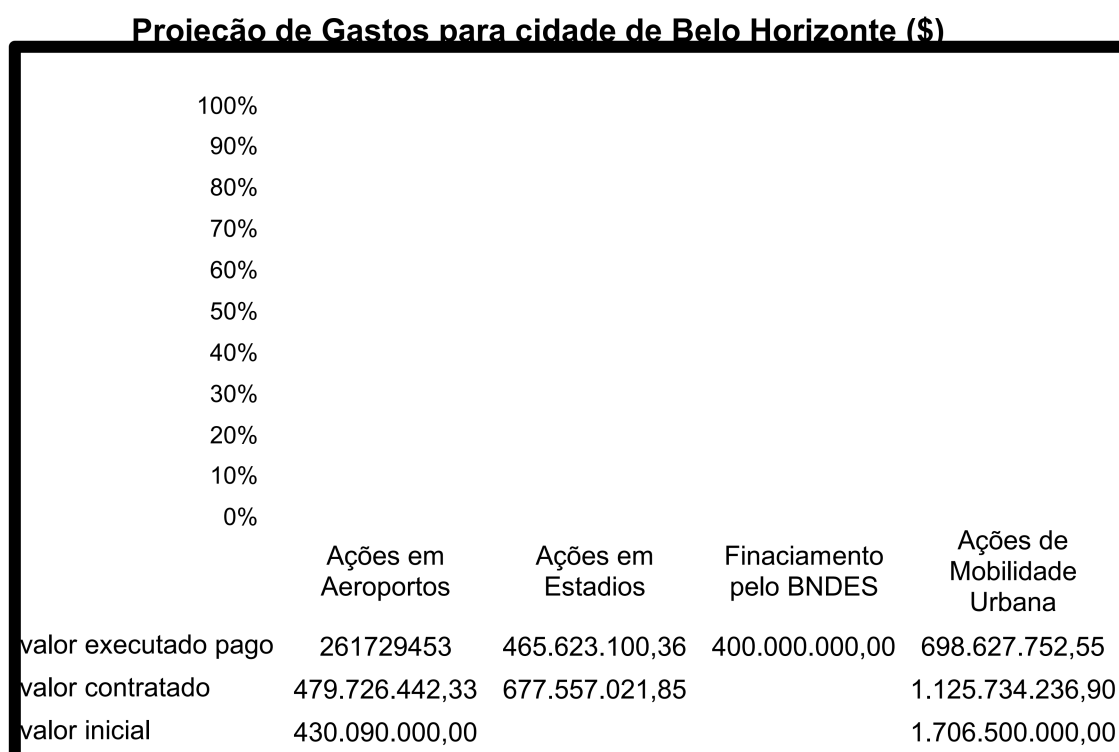
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O planejamento de projetos de infraestrutura inicialmente feito entre 2009-2010 pelo governo e assinados na matriz de responsabilidade foram para

a execução de obras em 12 estádios, 50 obras de mobilidade urbana, 13 aeroportos e 7 portos (TCU, 2010).

O Gráfico 4 apresenta os valores investidos em projetos e ações na cidade de Belo Horizonte.

Gráfico 4 Valores investidos em projetos e ações na cidade de Belo Horizonte



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Verificou-se que na cidade de Belo Horizonte a primeira a sediar o evento, foram realizadas três ações em aeroportos que até 2014 permaneciam inacabadas, muito embora, o valor previsto de R\$ 430.090.000,00; o contratado de R\$ 479.726.442,33; e o executado e pago tenha chegado ao montante de R\$ 261.729.453,02.

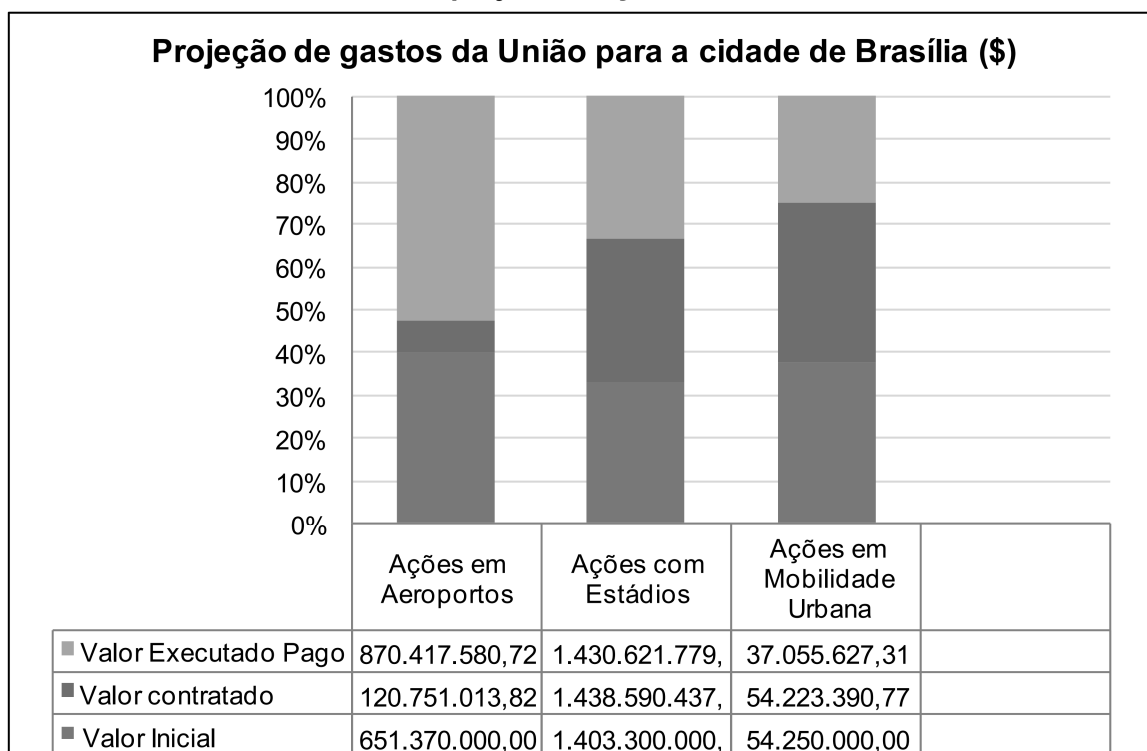
Na reforma e adaptação dos estádios, o Mineirão a segunda arena a ficar pronta para a copa, possui capacidade para 64 mil pessoas. O valor previsto foi de R\$ 695.000.000,00, a proposta feita chegou a R\$ 677.557.021,85, e o valor executado R\$ 465.623.100,36. E, a quantia financiada pelo BNDES foi de R\$ 400.000.000,00 (PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL, 2012).

As ações de mobilidade urbana têm o objetivo de promover melhoria nas políticas de transporte, trânsito e acessibilidade, podendo proporcionar o acesso amplo ao espaço de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável.

Em Minas Gerais o total previsto para ações com mobilidade urbana, também não haviam sido concluídas em 2014, o valor previsto para as obras estava previsto em R\$ 1.413.360.487,82, o total contratado de R\$ 1.125.734.236,90 e o executado chegou a R\$ 698.627.752,55.

Observa-se no Gráfico 5 os valores previstos, contratados e executados investidos em projetos e ações na cidade de Brasília/DF.

Gráfico 5 Valores investidos em projetos e ações na cidade de Brasília



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Outra cidade contemplada para sediar a copa foi Brasília/DF, teve como responsável o governo do Distrito Federal, onde os projetos e ações foram divididos da seguinte forma:

(i) três ações em aeroportos, com valor previsto de R\$ 651.370.000,00, contratado de R\$ 1.209.751.013,82 e o executado pago R\$ 870.417.580,72;

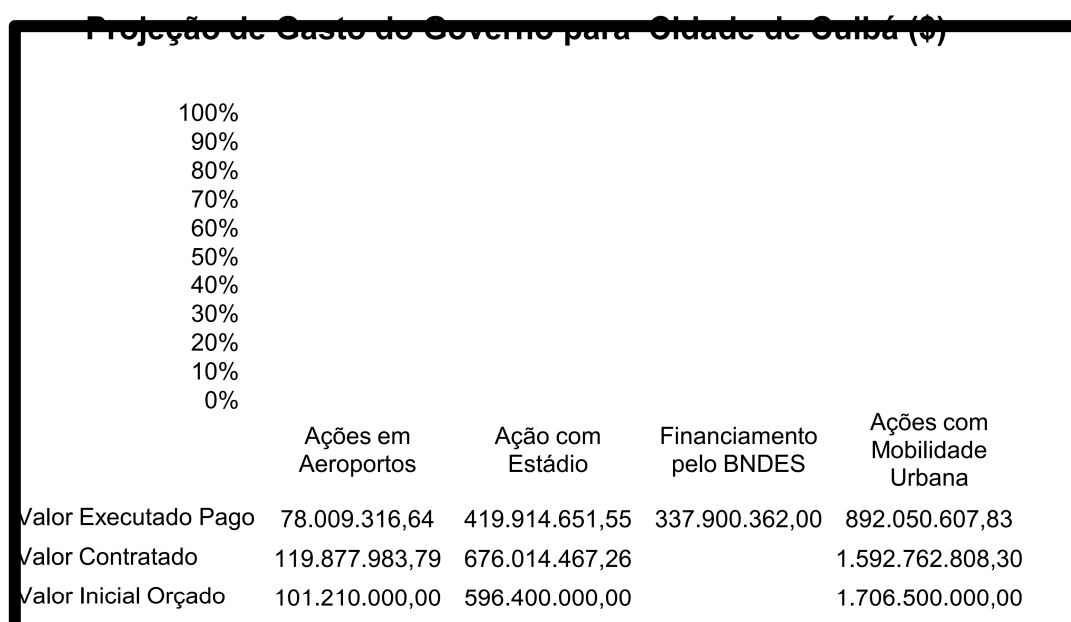
(ii) reforma do estádio nacional concluída, com capacidade para 74 mil pessoas, o total previsto correspondeu a R\$ 1.403.300.000,00, valor contratado

de R\$ 1.438.590.437,15, enquanto o executado pago foi de R\$ 1.430.621.779,09;

(iii) obras em ações de mobilidade urbana, o governo previu um montante para Brasília de R\$ 54.250.000,00, contratou R\$ 54.223.390,77 e executou e pagou o total de R\$ 37.055.627,31. Obra totalmente concluída.

O Gráfico 6 mostra os valores investidos em projetos e ações na cidade de Cuiabá/MT.

Gráfico 6 Valores investidos em projetos e ações na cidade de Cuiabá



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Na cidade sede de Cuiabá foram realizados 2 projetos e ações em aeroportos que totalizaram valor previsto de R\$ 101.210.000,00, desse valor foram contratados R\$ 119.877.983,79, e executados e pagos R\$ 78.009.316,64, mas apenas uma totalmente concluída para 2014.

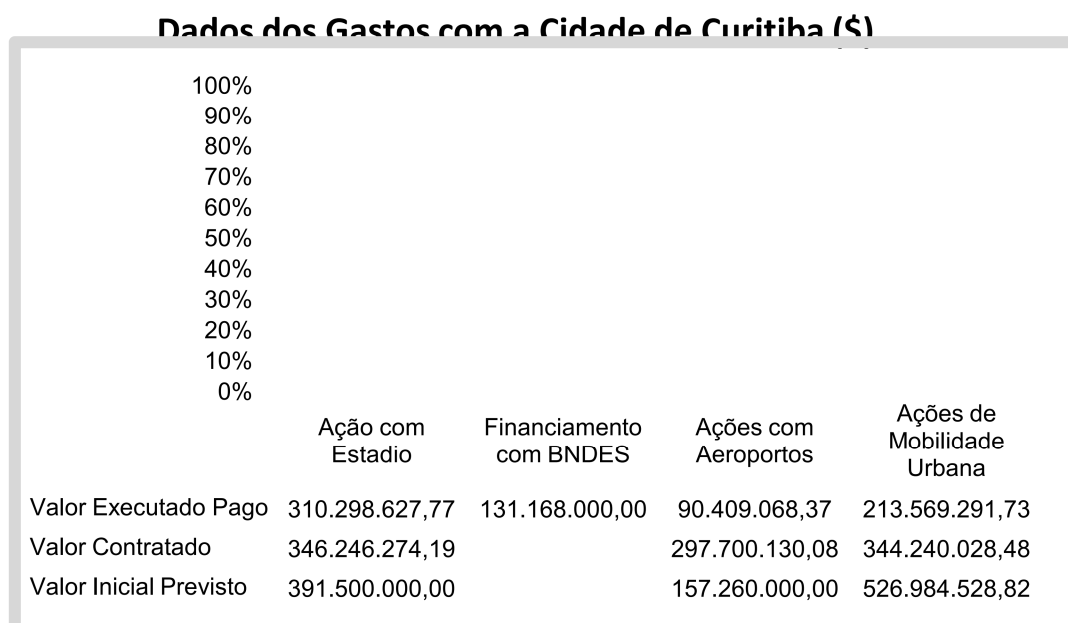
Para a construção do estádio Verdão com capacidade para 43.136 pessoas, 100% concluído, foi previsto na matriz de responsabilidade o valor de R\$ 596.400.000,00, foram contratados R\$ 676.014.467,26 e executados pagos R\$ 419.914.651,55.

Desse valor foi financiado pelo BNDES o total de R\$ 337.900.362,00. E, para a concretização de três ações com mobilidades urbanas foi previsto o valor de R\$ 1.706.500.000,00, contratado em R\$ 1.592.762.808,30 e

executado pago à soma de R\$ 892.050.607,83. Em 2014 as obras não haviam sido concluídas.

No Gráfico 7 têm-se os valores investidos em projetos e ações na cidade de Curitiba.

Gráfico 7 Dados dos gastos com a cidade de Curitiba



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A cidade de Curitiba também recebeu ações de reforma e ampliação em três estádios de futebol. Dos três campos esportivos, um de propriedade particular, possui capacidade para 41.375 pessoas, foi totalmente reformado e o investimento previsto na matriz foi de R\$ 391.500.000,00, o contratado chegou a R\$ 346.246.274,19, o valor executado e pago foi de R\$ 310.298.627,77.

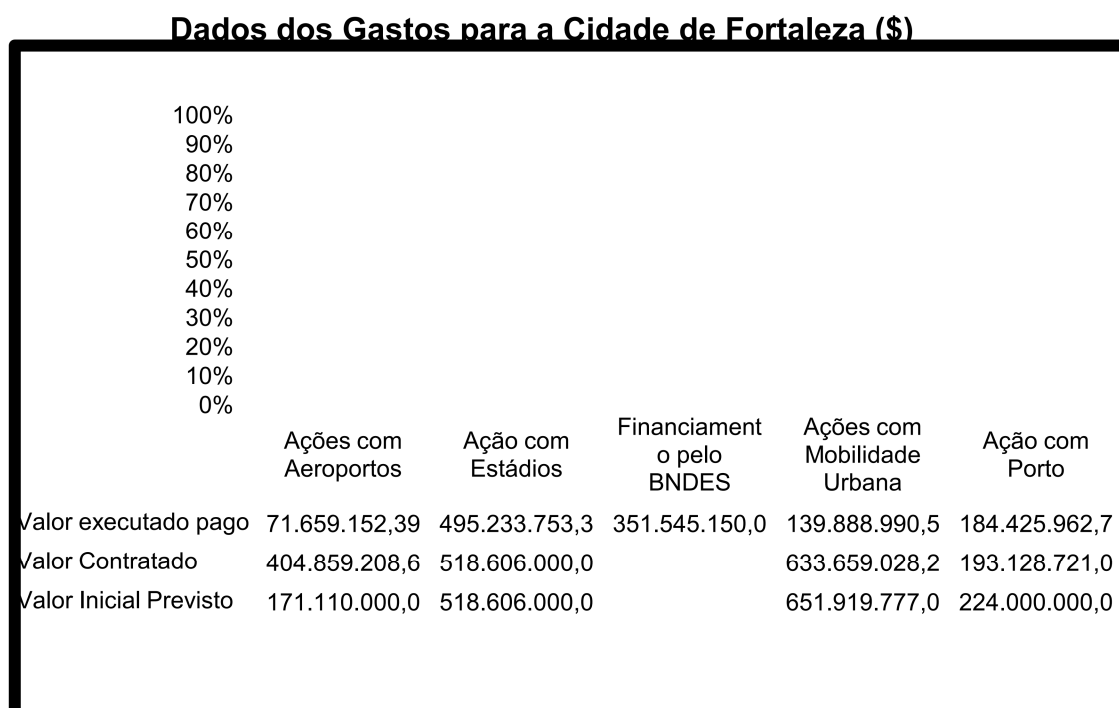
O BNDES foi responsável por financiar R\$ 131.168.000,00.

Foram orçados também, três projetos com aeroportos, e dois projetos foram concluídos até 2014. O valor inicial previsto foi de R\$ 157.260.000,00, o valor contratado de R\$ 297.700.130,08 e o valor executado R \$90.409.068,37.

Nas ações de mobilidade urbana em Curitiba, foram realizadas 10 ações com valor inicial previsto em R\$ 526.984.528,82, contratado de R\$ 344.240.028,48 e o executado pago chegou a R\$ 213.569.291,73. E, apenas uma obra foi concluída dentro do prazo.

Os valores investidos em projetos e ações na cidade de Fortaleza, estão evidenciadas no Gráfico 8.

Gráfico 8 Dados dos gastos para a cidade de Fortaleza (\$)



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

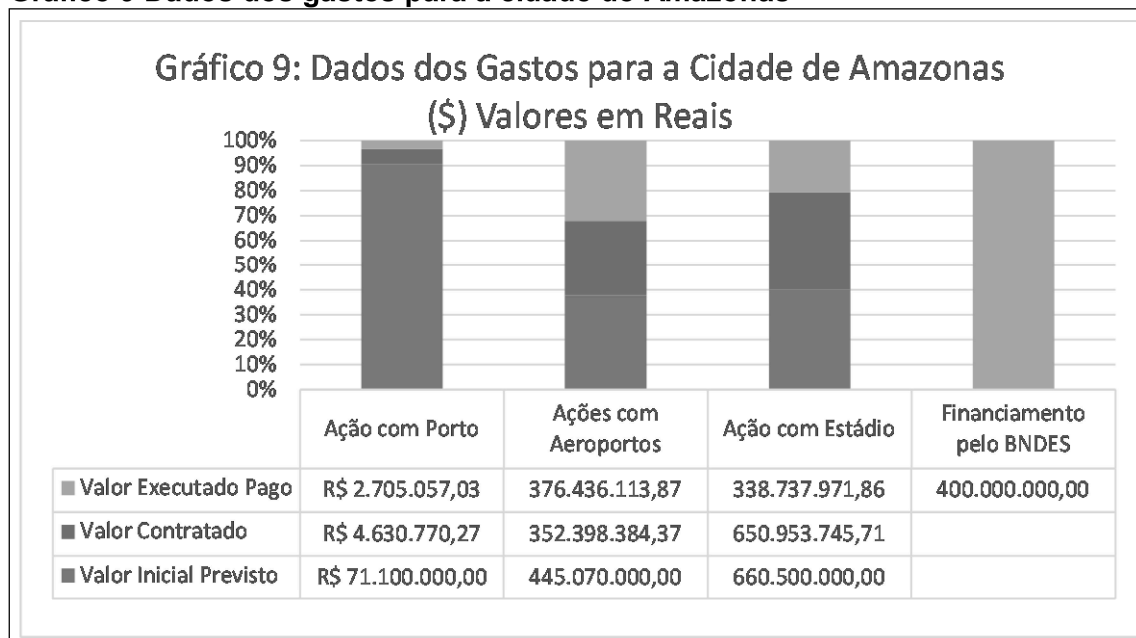
Em Fortaleza, no estado do Ceará, os projetos de melhorias inclusos para a realização da copa foram: uma ação em aeroporto, que em 2014 estava com apenas 16% de execução concluída. Foram previsto gastos de R\$ 171.110.000,00, o valor contratado ficou em R\$ 404.859.208,66, e o total executado e pago custou aos cofres públicos R\$ 71.659.152,39.

Para a reforma do estádio Castelão houve a parceria privada, e teve como responsável o governo do Ceará, onde a previsão de investimentos foi de R\$ 518.606.000,00, sendo o mesmo valor contratado, e o total de execução paga foi de R\$ 495.233.753,30, sendo que desse valor R\$ 351.545.150,00 foram financiados pelo BNDES.

Nas seis ações de mobilidade urbana destaca-se o valor previsto de R\$ 651.919.777,86; o valor contratado de R\$ 633.659.028,20; e o executado pago de R\$ 139.888.990,50. Quanto à ação com porto foi previsto o valor de R\$ 224.000.000,00; o contratado em R\$ 193.128.721,05; e executado pago correspondeu a R\$ 184.425.962,72. Visto que não foram concluídas até 2014.

Observa-se no Gráfico 9 o montante em reais de cada ação realizada pelo governo na cidade de Amazonas.

Gráfico 9 Dados dos gastos para a cidade do Amazonas



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

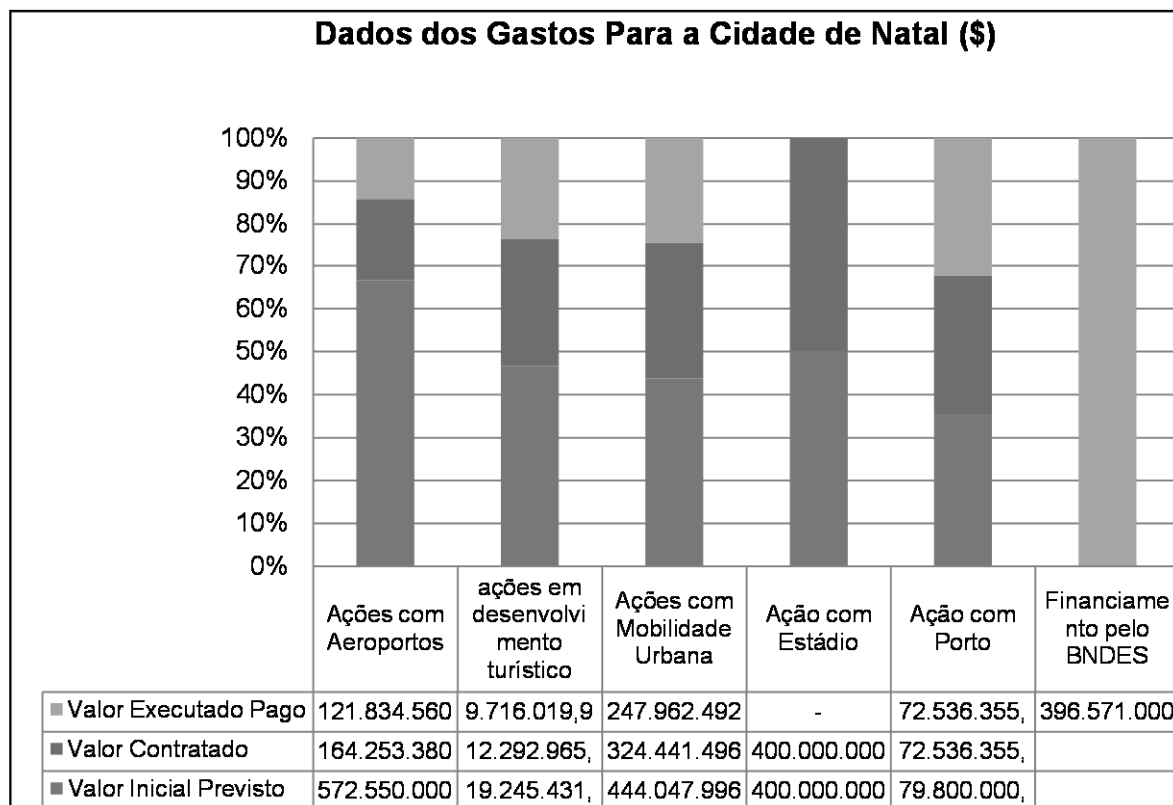
No Estado de Amazonas, para a realização do evento em Manaus foram planejadas as ações entre o governo Federal, Estadual e Municipal. Os projetos foram estabelecidos em uma ação de porto, no terminal hidroviário de Manaus, 95% de obra feita, o qual teve o seu valor previsto na matriz de R\$ 71.100.000,00, o valor contratado em R\$ 4.630.770,27, sendo que o executado pago foi de R\$ 2.705.057,03.

Na infraestrutura de aeroportos foram realizados uma ação em 96% de percentual concluído, onde se destaca o valor inicial previsto de R\$ 445.070.000,00; o contratado foi relatado um valor de R\$ 352.398.384,37; e o executado o total de R\$ 376.436.113,87 pagos.

Na reconstrução da arena Amazonas com capacidade para 44,5 mil assentos, o estádio totalmente concluído, teve como responsável o governo do estado de Amazonas. E previsão de investimentos no valor de R\$ 660.500.000,00 visto que o total contratado somou R\$ 650.953.745,71 e foram executado e pago o valor de R\$ 338.737.971,86 sendo que houve um valor liberado pelo BNDES de R\$ 400.000.000,00.

No Gráfico 10 estão os gastos realizados pelo Governo Federal na cidade de Natal.

Gráfico 10 Dados dos gastos para a cidade de Natal (\$)



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Nas preparações para a realização do evento, a cidade de Natal-RN contou com projetos e ações, realizados nas três esferas de governo. Contabilizou-se 2 ações concluídas em aeroportos, com valor total previsto em R\$ 572.550.000,00; o contratado de R\$ 164.253.380,62; e o executado pago R\$ 121.834.560,37.

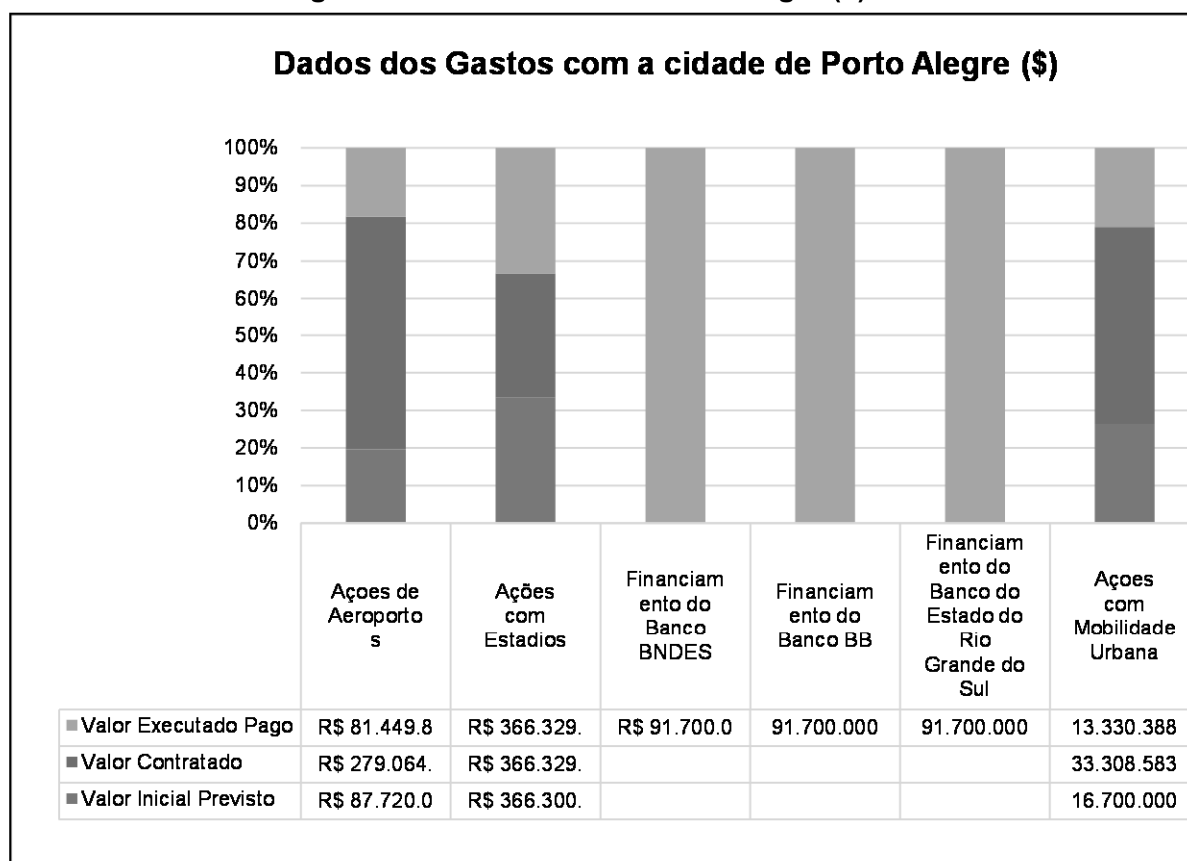
Houve a realização de 8 ações em desenvolvimento turístico, onde uma sem previsão teve como responsável o banco do nordeste os quais se destacam projetos e ações em meios de hospedagem e infraestrutura turística, que somaram no seu valor previsto um montante de R\$ 19.245.431,44 o contratado de R\$ 12.292.965,52 e o total de execução paga foi de R\$ 9.716.019,93. Cabe salientar que nenhuma ação se totalizou 100% na conclusão da obra.

Nas 2 ações de mobilidade urbana integradas em Natal, apenas uma chegou a metade do percentual de conclusão, a outra apenas 33% e tiveram seu valor previsto de R\$ 444.047.996,91; o contratado de R\$ 324.441.496,02; e o de execução paga de R\$ 247.962.492,60.

Quanto a construção da arena das dunas onde foi preparado para receber 43 mil pessoas o montante previsto e contratado somaram R\$ 400.000.000,00 sendo que o BNDES financiou R\$ 396.571.000,00 de acordo com site do governo Federal não houve valor executado pago. E por fim em Natal aconteceu 1 ação em porto, totalmente concluída, somou em seu valor previsto R\$ 79.800.000,00 o contratado foi R\$ 72.536.355,69 e o executado pago o total de R\$ 72.536.355,69.

O Gráfico 11 mostra os valores investidos em obras na cidade de Porto Alegre.

Gráfico 11 Dados dos gastos com a cidade de Porto Alegre (\$)



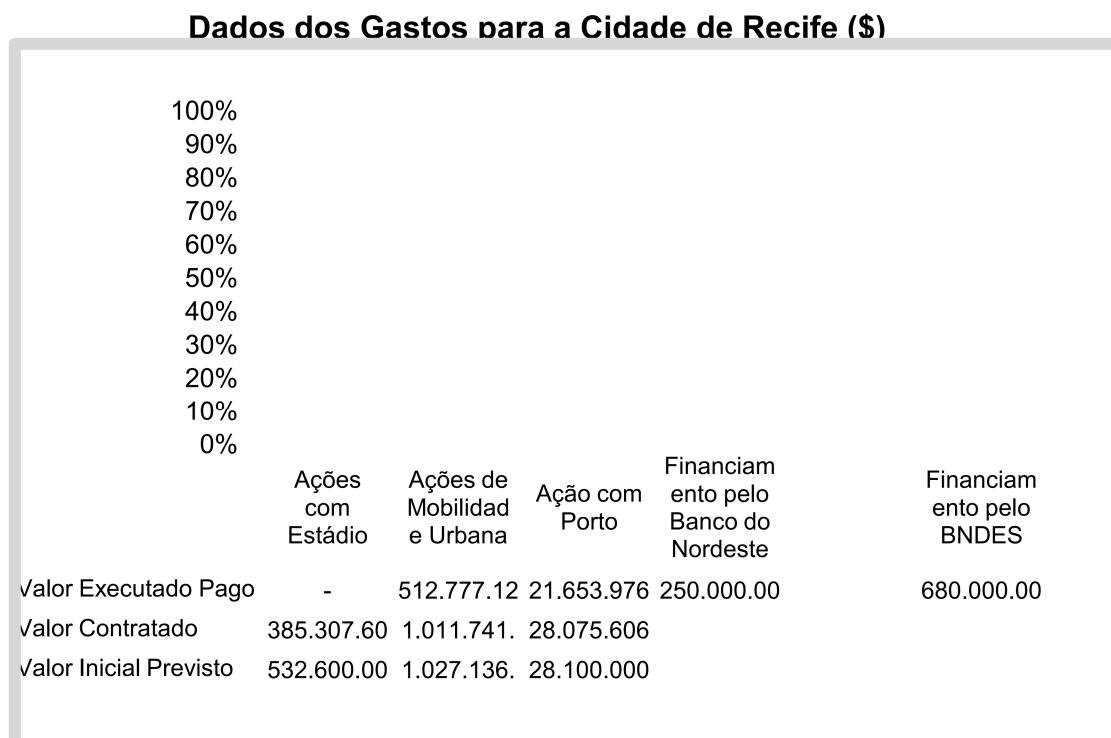
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Em Porto Alegre (RS) os governos Federal, Municipal e o Sport Clube Internacional uniram, para as realizações de ações e projetos que incluíam três ações em aeroportos, das três apenas uma concluída em 2014, que somou em seu valor previsto em R\$ 87.720.000,00 o contratado foi de R\$ 279.064.962,67 e o executado pago foi realizado no valor de R\$ 81.449.808,27.

Na reforma e construção do estádio Beira Rio, mais um dos três estádios particulares, foi projetado para ter 51.300 mil cadeiras numeradas, e 100% foi concluído. A arena teve seu valor previsto na matriz em R\$ 366.300.000,00 o valor contratado se destaca em R\$ 366.329.817,30 e o valor executado pago correspondeu a R\$ 366.329.817,30. Entre esses valores o estádio recebeu o financiamento do BB, BNDES e BANRISUL, cada instituição financeira liberou R\$ 91.700.000,00.

As duas ações de mobilidade urbana projetada para Porto Alegre, apenas uma foi concluída até 2014, e contabilizou em sua previsão inicial o valor de R\$ 16.700.000,00; contratado o valor de R\$ 33.308.583,26 e executado pago de R\$ 13.330.388,76.

O Gráfico 12 apresenta os valores previstos, contratados, executados e financiados para a realização das obras em Recife.

Gráfico 12 Dados dos gastos para a cidade do Recife (\$)

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Os projetos para a cidade sede do Recife, foram pactuadas todas as obras entre os governos Federal, Estadual e Municipal.

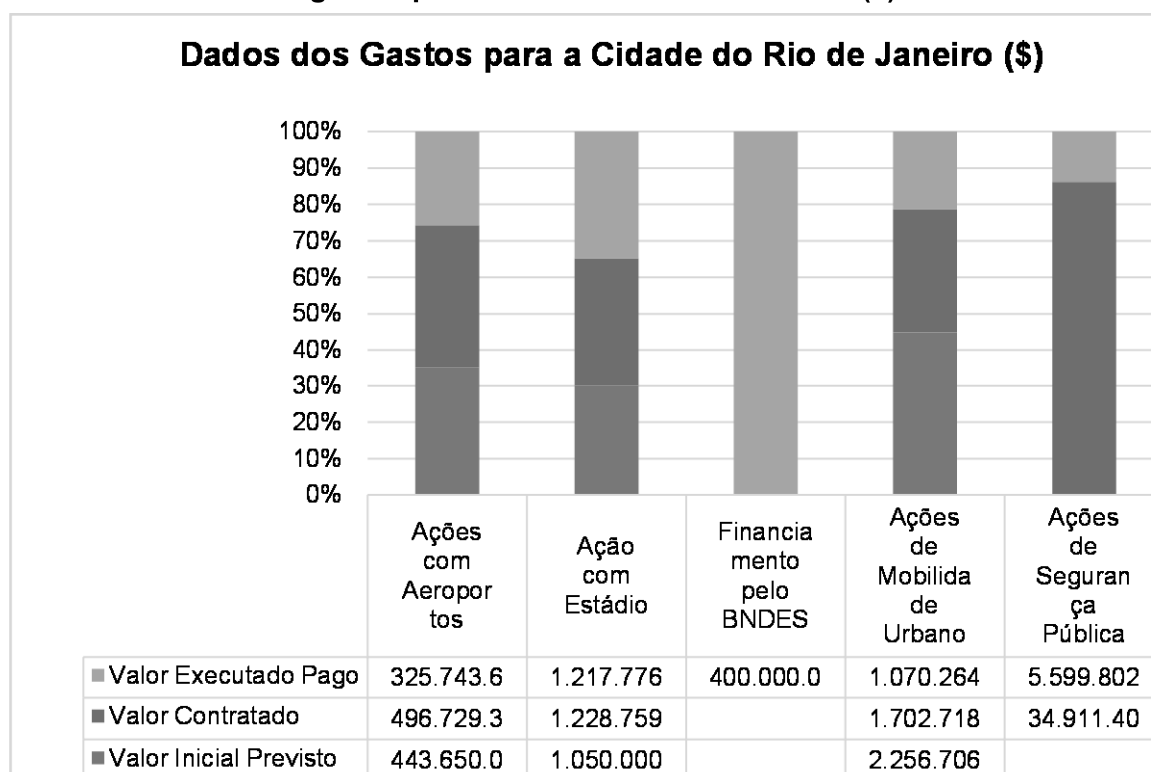
A construção da arena Pernambuco com capacidade para 46 mil pessoas, teve sua obra totalmente concretizada, e somou um valor inicial previsto na matriz de R\$ 532.600.000,00; o valor contratado chegou a R\$ 385.307.605,81; e segundo o portal de transparência do governo nenhum valor foi executado e pago até 2014. Ainda assim foram financiados os valores de R\$ 250.000.000,00 pelo Banco do Nordeste, e R\$ 680.000.000,00 pelo BNDES.

Foram projetadas 7 ações de mobilidade urbana em Recife. Com penas 3 delas com o percentual de 100% concluídas, as ações totalizaram um montante previsto de R\$ 1.027.136.469,19; um total contratado de R\$ 1.011.741.352,61; e realizado executado o total de R\$ 512.777.129,60.

A única ação de portos totalmente concretizada em 2014 teve como orçamento inicial previsto, o valor de R\$ 28.100.000,00; contratado de R\$ 28.075.606,21; e executado pago de R\$ 21.653.976,87.

Verificam-se, no Gráfico 13 os valores empenhados e gastos nas ações realizadas na cidade do Rio de Janeiro.

Gráfico 13 Dados dos gastos para a cidade do Rio de Janeiro (\$)



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A cidade sede do Rio de Janeiro, com pactos entre as três esferas de governo para as realizações de ações de melhorias para a copa, teve projetos e ações em aeroportos. Somadas as 3 ações, sendo que apenas uma com total físico concluído em 2014, somou R\$ 443.650.000,00 em valor previsto, R\$ 496.729.398,76 e valor contratado, e R\$ 325.743.682,62 em valor executado pago.

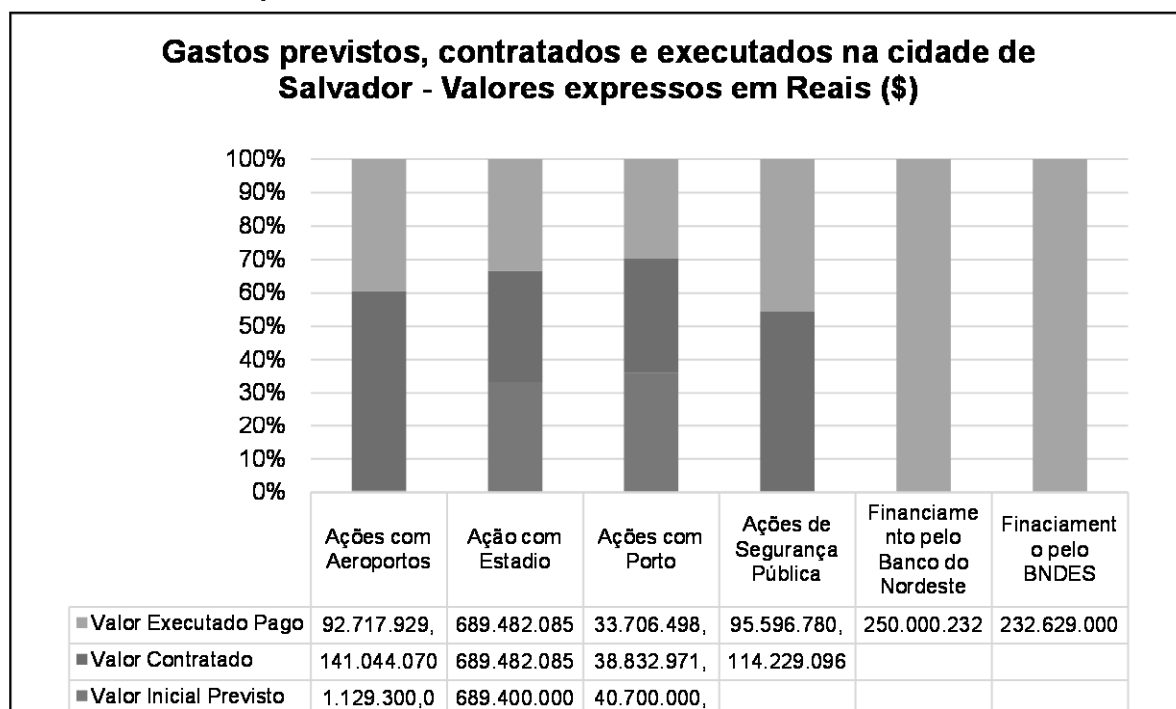
Uma ação na reforma do estádio do Maracanã em 100% construído em 2014 obteve projeção para 78,8 pessoas, a previsão de investimentos foi de R\$ 1.050.000.000,00; o valor contratado somou R\$ 1.228.759.136,65; e o executado pago somou R\$ 1.217.776.834,57. E foram financiados pelo BNDES R\$ 400.000.000,00.

Em 3 ações de mobilidade urbana orçados para o Rio de Janeiro, com uma apenas concluída em 2014, teve R\$ 2.256.706.211,94 de valor previsto, R\$ 1.702.718.889,16 de valor contratado e R\$ 1.070.264.495,49 de execução paga.

O Rio de Janeiro teve também 2 ações de segurança pública que destacada como sem previsão de investimentos, somou um total contratado de R\$ 34.911.400,3 e executado pago de R\$ 5.599.802,27.

No Gráfico 14 têm-se os gastos realizados com ações na cidade de Salvador.

Gráfico 14 Gastos previstos, contratados e executados na cidade de Salvador



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Também escolhida para sediar os jogos da copa, Salvador teve suas ações e projetos compartilhados entre os governos Federal, Estadual e Municipal. Duas das três ações de aeroportos em 100% construídas tiveram em seus valores R\$ 112.930.000,00 de previsão, R\$ 141.044.070,83 de valor contratado e R\$ 92.717.929,88.

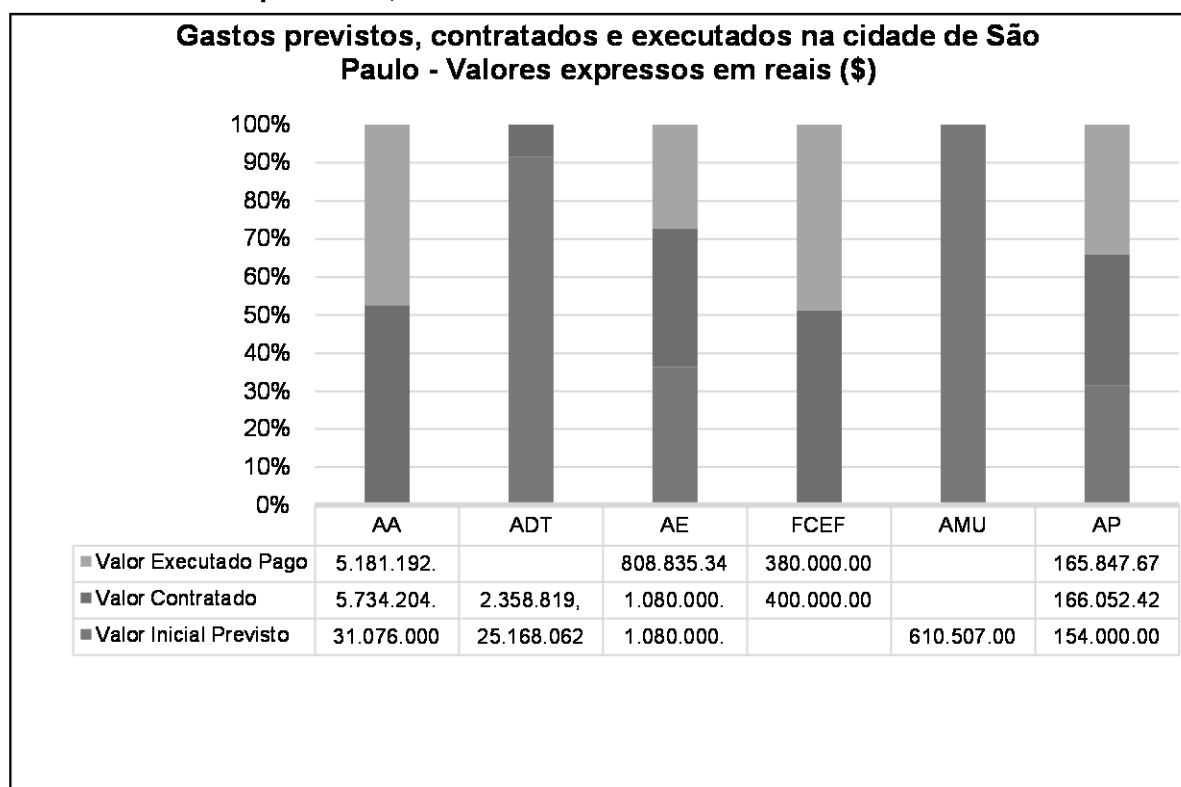
Na reconstrução da arena Fonte Nova totalmente concluída para o evento, com totalidade para receber 50 mil pessoas, teve seu valor previsto no total de R\$ 689.400.000,00 onde R\$ 689.482.085,50 foram de valor contratado e R\$ 689.482.085,50 de valor executado pago. Foram gastos ainda o total de investimentos pelos BNB de R\$ 250.000.232,81 e BNDES o valor de R\$ 232.629.000,00.

Não houve execução de ações de mobilidade urbana para Salvador, apenas um valor previsto de R\$ 19.600.000,00. Já nas ações de portos houve uma ação em 90% concluída somando R\$ 40.700.000,00 de valor previsto, R\$ 38.832.971,01 de valor contratado e R\$ 33.706.498,32 de valor executado pago.

Para ação de segurança pública destaca-se o valor contratado de R\$ 114.229.096,37 e o valor executado pago de R\$ 95.596.780,40. Inicialmente não foi previsto nenhum valor para realização dessa ação.

Todo o orçamento do Governo em ações realizadas para o acontecimento da copa na cidade sede de São Paulo, estão apresentados no Gráfico 15.

Gráfico 15 Gastos previstos, contratados e executados na cidade de São Paulo



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

E por fim a cidade de São Paulo que para realizações de seus projetos também tiveram as obras pactuadas entre as três esferas de governos. Em 6 ações de aeroportos divididos em 2 aeroportos, 4 delas em 2014 estavam totalmente concluídas e somaram um valor de R\$ 3.107.600.000,00 em sua

previsão na matriz, R\$ 5.734.204.957,08 de valor contratado e R\$ 5.181.192.002,25 de valor executado pago.

Houve em São Paulo 4 ações de desenvolvimento turístico, com apenas uma totalmente concluída, somando o valor previsto que foi de R\$ 25.168.062,43 e o contratado que foi R\$ 2.358.819,03, não foi demonstrado nenhum valor executado pago por essas ações em 2014 pelo governo Federal.

Na construção da Arena Corinthians em Itaquera, 100% concluído para a copa, tendo como responsável o Sport Clube Corinthians, teve como financiamento pela CEF o valor contratado de R\$ 400.000.000,00 sendo liberado R\$ 380.000.000,00. O valor previsto e contratado para essa obra foi de R\$ 1.080.000.000,00, entretanto o valor executado pago foi de R\$ 808.835.342,83.

Em mobilidade urbana, para a cidade de São Paulo não houve execução de nenhum valor, apenas uma previsão de R\$ 610.507.000,00. Entretanto para a ação de portos 100% concluída teve R\$ 154.000.000,00 de valor previsto, R\$ 166.052.426,55 de valor contratado e R\$ 165.847.676,60 de valor executado pago.

Observa-se que foram previstos pelo governo ações que não foram contratadas nem executadas, como ações de desenvolvimento turístico para algumas cidades sedes, e ações de segurança pública, telecomunicações, e instalações complementares.

Vários orçamentos e planejamentos foram feitos, e entre os quais, maquetes que estruturavam as obras de infraestrutura e mobilidade urbana, sendo assim foram destacadas cada tipo de obra e quanto inicialmente o governo orçou para que fossem concluídas essas melhorias.

As obras de mobilidade urbana foram planejadas junto com as obras de infraestrutura, para melhorar, organizar e gerar benfeitorias à sociedade. Entretanto as obras de mobilidade urbana previstas na matriz de responsabilidade da Federação, podem se destacar obras entre veículos leves sobre trilhos (VLT), corredores expressos de ônibus (*brt - bus rapidtransit*)³, mon trilhos e obras viárias. Essas estão disponíveis para consulta no endereço

³ É um sistema de ônibus que oferece um serviço rápido, confiável e eficiente, com baixo custo de adesão, tido como uma alternativa frente ao engarrafamento.

eletrônico do governo federal de “PAC da mobilidade urbana”. (PORTAL DO TCU, 2010)

No Quadro 2 verifica-se o montante geral dos gastos previstos e orçados, de acordo com cada ação do Governo.

Quadro 2 Gastos totais realizados em ações pelo Governo Federal (\$)

Ações do Governo	Gastos Inicialmente Previstos	Gastos Executados Pagos
Estádios	8.383.606.000,00	6.542.853.964,13
Aeroportos	6.280.560.000,00	7.551.598.668,40
Portos	373.700.000,00	296.449.564,51
Mobilidade Urbana	8.673.462.472,54	3.870.063.748,59
Segurança Pública	149.140.496,67	101.196.582,67
Desenvolvimento Turístico	69.581.556,30	9.716.019,93
Total	2.393.005.053	1.837.187.828

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Observa-se que para cada ação realizada pelo Governo Federal, o valor executado nas obras foi diferente dos valores previstos, tendo em vista que apenas as ações em portos, em seu valor executado obteve um valor superior ao previsto, às demais ações obtiveram em seu valor executado uma queda em relação ao valor previsto.

Nota-se que o total do valor de gastos do Governo Federal com ações para as cidades sedes foi de R\$ 1.837.187.828, ou seja, um valor bem menor que o previsto de R\$ 2.393.005.053. sendo que essa diminuição não foi justificada pelo portal de transparência da copa

Enfim, foram denominados os respectivos valores que de acordo com o orçamento da União, foram utilizados para a construção, e reformas de ações de melhorias para que fosse possível a realização da Copa do Mundo no Brasil.

4.2 O legado da copa

Pôde-se verificar que o valor previsto em investimentos com a copa foi bem maior que o valor executado pago, totalizando R\$ 2.393.005.053 como valor previsto e R\$ 1.837.187.828 executado pago. Outros valores financiados foram usados para complementar a renda do Governo, somando R\$ 1.786.398.248, conforme mostra o Quadro 1.

Quanto às informações apresentadas no Portal, existe ausência de detalhamento e especificações relativos a valores efetivamente liberados pelo PAC, este fator gera dificuldade na averiguação dos gastos decorrentes da realização da Copa do Mundo aos cofres públicos do Brasil.

Segundo publicação divulgada no Portal da Copa em 2013, os investimentos aplicados em mobilidade urbana somaram R\$ 8,9 bilhões, em aeroportos R\$ 8,4 bilhões, em estádios R\$ 7,6 bilhões e em portos, R\$ 700 milhões. Em outros *sites* (fontes de pesquisa) os valores diferem daqueles publicados no Portal da Copa.

Foram divulgados que os gastos com as estruturas, equipamentos e capacitação em segurança, os recursos gastos foram R\$ 1,9 bilhão. Na área de telecomunicações os valores somaram R\$ 400 milhões e a de turismo, R\$ 200 milhões. No portal de transparência do governo, nenhum valor referente a gastos com telecomunicações foi publicado, apenas valores previstos, mais nenhum executado.

Na cidade de Belo Horizonte, apenas o estádio de futebol foi concluído, enquanto que as ações em aeroportos e mobilidade urbana não foram totalmente finalizadas dentro do prazo estabelecido pela FIFA. Em Brasília todas as ações e obras para sediar o mundial foram concluídas.

Em Cuiabá, das duas ações com aeroportos, apenas uma ficou totalmente pronta, as obras de mobilidade urbana até o ano de 2014, nenhuma havia sido terminada, e, apenas o estádio conhecido como Verdão teve suas obras acabadas.

Curitiba teve duas das três ações em aeroportos terminadas. Foram planejadas dez ações de mobilidade urbana, mas apenas uma foi concluída, enquanto que 100% das obras direcionadas a parte esportiva foram finalizadas.

Em Fortaleza, entre as melhorias planejadas para o mundial, apenas a reforma do Castelão foi concluída. As demais ações propostas para aeroportos, portos e mobilidade urbana, nenhuma obra foi terminada.

Na cidade do Amazonas, nenhuma obra de mobilidade urbana foi executada, apenas as ações com estádio foram finalizadas. As obras planejadas para serem realizadas nos portos e aeroportos tiveram em média 95% de seu total físico concluído.

Em Natal, somente as ações em aeroportos e estádio foram terminadas. O total de gastos para realização dessas obras foi de R\$ 698.627.752,55, financiados pelo BNDS e nenhum valor foi pago por essa ação. As demais ações planejadas para o desenvolvimento turístico, mobilidade urbana e portos, nenhuma ficou totalmente concluída para a realização do evento.

Porto Alegre teve apenas a conclusão da arena de futebol e as demais ações em aeroportos e mobilidade urbana não foram acabadas. Na cidade do Recife, o estádio foi concluído e nenhum valor foi efetivamente pago. A única ação finalizada foi à obra no porto.

No Rio de Janeiro foram contratadas ações em aeroportos, mobilidade urbana, segurança pública e estádio, mais como nas demais cidades, apenas as ações em estádios foram terminadas. Nas cidades de Salvador e São Paulo, apenas os estádios foram concluídos e as demais ações não foram totalmente concretizados de acordo com a matriz de responsabilidade.

Dessa forma, observou-se que apenas a cidade de Brasília teve todas as obras concluídas, para a realização da copa. Nas outras cidades-sede apenas os estádios de futebol foram acabados, com destaque para as arenas de Natal e Recife sem nenhum valor pago pelo governo. As demais ações até 2014 não foram totalmente acabadas.

Verificou-se que a maioria das obras de infraestrutura e mobilidade urbana ficaram inacabadas. Entretanto, os setores turísticos, hoteleiros, de artesanatos entre outros, obtiveram retorno financeiro, com ressalva para uma pequena parte do comércio das cidades-sede, que se beneficiaram no curto prazo com a realização do evento.

Percebeu-se que em todas as cidades-sede o valor executado pago foi inferior ao valor contratado pelo Governo Federal, para a realização das obras

da copa, e que em todas as ações em estádio tiveram financiamentos também do Governo para complementação dessa renda.

Domingues, Júnior e Magalhaes (2011) em seu artigo sobre os impactos econômicos regionais da copa do mundo de 2014, enfatizam que o financiamento dos investimentos requeridos pelos eventos com recursos públicos, pode gerar redução de outras despesas ou elevação da dívida pública. Isso logo após o evento foi visto com clareza nos indicadores econômicos sobre o quanto o Brasil perdeu com esses investimentos para a realização da copa do mundo de futebol.

De acordo com Marques (2013, p. 60):

Em particular, no que se refere aos equipamentos desportivos, é fundamental definir o aproveitamento futuro dessas infraestruturas, que têm encargos elevadíssimos, não só durante a sua construção, mas também na sua gestão futura.

Portanto, infere-se que o legado deixado para o Brasil após a realização da Copa do Mundo de Futebol foram obras de construção dos estádios inacabados, apesar de algumas arenas terem sido construídas ou reformados em regiões onde o esporte tem pouca ou quase nenhuma expressão nacional, a exemplo do Estado do Amazonas.

Foram gastos com reforma e construção do estádio de futebol na cidade de Manaus R\$ 338.737.971,86 em execução paga e R\$ 400.000.000,00 financiados pelo BNDES. Contudo, foram realizados no município, apenas quatro jogos da primeira fase do mundial. A região amazônica não possui nenhum clube de futebol, que possa assumir a administração ou mesmo fazer uso posterior do estádio.

O legado econômico previa crescimento, desenvolvimento, melhorias socioeconômicas e a alavancagem em quesitos como desemprego, infraestrutura entre outras, mais o Brasil embarcou em investimentos, em boa parte advinda de cofres públicos e o legado econômico se deu apenas com a realização do evento. As estruturas físicas ficaram, mais o impacto na econômica se deu apenas nos períodos de realização dos jogos e tão somente nas cidades que sediaram a copa do mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar e apontar o impacto gerado pela Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil, no tocante aos investimentos necessários para a sua realização. Por delimitação do estudo, a pesquisa restringiu-se à busca em artigos e trabalhos acadêmicos, como também publicações em outras fontes de busca (*sites*).

Identificou-se que foram gastos pelos governos Estadual, Municipal e Federal, valores acima do montante inicialmente previsto. As obras planejadas pela matriz de responsabilidade não foram pagas, o que gerou desequilíbrio nas contas públicas e os reflexos disto foram sentido na economia.

Percebeu-se acentuada intranqüilidade na economia brasileira; crescente ascensão da dívida pública; alta na taxa de inflação; e, o crescimento dos índices de desemprego em diversos setores da economia. Pode-se inferir, portanto, que os gastos com a copa do mundo no Brasil, refutaram as projeções e evidenciaram negativamente o PIB brasileiro.

Essa constatação mostra que a relação positiva entre investimentos e gastos efetivamente realizados para a construção e reforma de ações para a copa do mundo, tornam-se irreal, a partir da verificação de práticas que invalidam a transparência do setor público, que como premissa fundamental da democracia representativa, poderia gerar maior credibilidade e permitir que a sociedade tenha condições reais de exercer controle quanto à utilização dos recursos públicos.

Observou-se que os gastos avaliados e executados pelo governo geraram grande despesa pública, mais também “heranças” foram deixadas ao Brasil depois do mundial. Entre as quais estão às estruturas físicas como os estádios de futebol, as reformas e ampliação de aeroportos, e, obras de mobilidade urbana, que serão utilizadas pela população e visitantes das 12 cidades-sede.

Verificou-se, divergências nos dados e valores divulgados pelo Governo Federal, relativos aos gastos públicos e investimentos destinados a realização da copa do mundo do Brasil, em 2014. E, portanto, tornam-se relevantes discussões sobre o tema proposto no sentido de promover o debate entre os entes federativos e a sociedade.

Conclui-se, portanto que, foram deixadas construções “faraônicas” e obras inacabadas, que custaram aos cofres públicos bilhões de reais. Os benefícios ou benfeitorias existem apenas nas cidades-sede do mundial de futebol, outras nem se quer saíram do papel. As ações planejadas e executadas trouxeram pouca ou nenhuma garantia de crescimento sócio-econômico.

As instituições financeiras privadas obtiveram ganhos com os investimentos aplicados, e com isto, houve significativa alavancagem na economia brasileira, mais apenas nos períodos dos jogos da copa nas cidades-sede. Os investimentos realizados para esse torneio foram aplicados e seriam realizados de qualquer forma, de acordo com o previsto no PAC 2, que garante investimentos em educação, saúde, segurança entre outros.

Por fim, descobriu-se que com planejamento, eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos destinados à Copa do Mundo de Futebol, o país teria alcançado maior e melhor crescimento econômico. Percebeu-se que foram aplicados recursos em obras, especificamente em estádios de futebol, a exemplo das cidades de Natal e Manaus, que estão localizadas em regiões brasileiras que não possui nenhum clube de futebol, que possa assumir a administração ou mesmo fazer uso posterior do estádio.

Dentre os projetos de pesquisas futuras, recomenda-se o acesso aos sites do governo federal, onde são transparecidos seus projetos e realizações de bem feitorias para o nosso país, e os demais trabalhos acadêmicos que ofereça informações adicionais a respeito e em revistas e jornais.

6 REFERÊNCIAS

AMORIM, M. P. **Noções de contabilidade-BNDS- Banco Nacional de desenvolvimento econômico e social.** Vestcom, 2008.

ANTONIO B. J. A.; PAULO, D. E.; SOUZA, M. A. **Artigo quanto vale o show? impactos econômicos regionais da copa do mundo 2014 no brasil.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v41n2/a08v41n2>> Acesso em: 30 de Mar 2015.

Banco Central do Brasil. **Histórico de Metas para a inflação do Brasil.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>> Acesso em: 03 jun 2015.

BARCLAY, J. Predicting the costs and benefits of mega-sporting events: misjudgement of olympic proportions? *Economic Affairs*, v. 29, n. 2, p. 62-66, jun. 2009.

BEZERRA FILHO, J. E. **Orçamento Aplicado ao setor Público: Abordagem Simples e objetiva. Atualizado com a constituição Federal.** Atlas, 2012.

BORJA REIS, C. F. **Qualidade do gasto Público-Finanças Públicas – XIII Prêmio Tesouro Nacional – 2008.** http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIIIpremio/qualidade/2qualidadeXIIIPTN/investimento_publico_desenvolvimentoeconomico_CR.pdf.

Brasil Econômico. **FMI Corta Projeção do PIB Brasileiro para 1% em 2015.** 2015. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/brasil/economia/2015-04-14/fmi-passa-a-projetar-contracao-de-10-do-pib-do-brasil-em-2015.html>> Acesso em: 07 de Jun. 2015.

BRENKE, K.; W, G. G. **The Soccer World Cup in Germany: A Major Sporting and Cultural Event – But Without Notable Business Cycle Effects.** *DIW Berlin Weekly Report*. v. 2, n. 3, p. 23-31, 20

CACCIOMALI, M. C, V. S. **Redução da Desigualdade da Distribuição de Renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras:** Tendência ou fenômeno transitório. *Economia e sociedade (no plero)* 2008.

Ciências contábeis. **Contabilidade pública,** 2013. Disponível em: <<http://www.cienciascontabeis.com.br/contabilidade-publica/>> acesso em: 01 de jun 2015.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COATES; HUMPHEYS (1999) e NOLL E ZIMBALIST (1997) COATES, D; HUMPHEYS, B. **The Growth Effects of Sport Franchises, Stadia and Arenas.** *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 18, n. 4, 601–624, 1999. COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia Prático para alunos de Graduação e Pós-graduação.** (Trad. Lúcia Simonini). 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSTA, J. M. da. **Contabilidade e Orçamento Público.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e Técnicas de pesquisa em Turismo.** 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DOMINGUES, E. P; JUNIOR, A. A. B; MAGALHÃES, A. S. **Quanto Vale o Show? Impactos Econômicos dos Investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil, 2011.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v41n2/a08v41n2>> Acesso em: 2 de Mar 2015.

FARIAS, C. **Métodos Científicos.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/ciencias/metodo-cientifico>> Acesso em 15 de Jan 2015.

FMI corta projeção do PIB brasileiro para 1% em 2015, 2015. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/brasil/economia/2015-04-14/fmi-passa-a-projetar-contracao-de-10-do-pib-do-brasil-em-2015.html>> Acesso em 30 de Abr 2015.

FRAGA, **Brasil deve perder para Índia o 7ª lugar entre as maiores Economias. Folha de São Paulo** 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1569589-brasil-deve-perder-para-a-india-o-7-lugar-entre-as-maiores-economias.shtml>>. Acesso em: 5 de abr. 2015.

G1.globo. **Consumo das famílias tem a menor taxa desde 2003, aponta IBGE, 20015.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/consumo-das-familias-tem-menor-taxa-desde-2003-aponta-ibge.html> acesso em: 06 Jun 2015.

Gesbanha. **Aprovação do Sistema de Normalização contabilística. 2009.** Disponível em: <http://www.gesbanha.com/index.php?option=com_content&view=article&id=286:aprovacao-do-sistema-de-normalizacao-contabilistica&catid=81:contabilidade&Itemid=3388> Acesso em: 07 de Jun. 2015

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Como elaborar uma pesquisa/** – 4. Ed. – 12. Reimp. – São Paulo: Atlas 2009.

GLOBO.COM.Economia.Disponível em
<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/consumo-das-familias-tem-menor-taxa-desde-2003-aponta-ibge.html>> Acesso em: 04 Jun 2015

GONTIJO, V. **O sistema de planejamento e o anexo de metas e prioridades da lei de diretrizes orçamentárias**. 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/10595>>. Acesso em: 07 de Jun. 2015.

GREGGIANIN, E. **Orçamento Participativo - Emenda de Iniciativa Popular ao projeto de lei orçamentária da união para 2012**. 2014. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/21044>>. Acesso em: 07 de Jun. 2015.

GREMAUD, A. P.; DIAZ, M. D. M.; JUNIOR, P. F. de A. R. T. **Introdução a Economia** - São Paulo: Atlas, 2007.

GREMAUD, A. P; Organizadores PINHO, D. B. VASCONCELOS, M. A. S.- **Manual de Economia**- 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GREMAUD, A. P. Organizadores PINHO, D. B. VASCONCELOS, M. A. S. JUNIOR, R.T. **Manual de Economia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011

HEADLEY, S, S. **Planejamento Governamental**. Londrina: Unopar, 2014.

História da contabilidade. disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>> Acesso em: 03 de Mai 2015

HISTORY, 2014 disponível em: <<http://www.dfb.de/en/about-dfb/>> Acesso em:01 de Jun 2015.

IBGE. **Sala de Imprensa, 2015**. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/pt/noticias?view=noticia&idnoticia=2883>> Acesso em: 02 Jun 2015.

Industriahoje. **Produção Industrial no Brasi**, 2014. Disponível em: <<http://www.industriahoje.com.br/wp-content/uploads/2014/02/producao-industrial-anual-1.jpg>> Scesso em: 06 Jun 2015.

JAMES, G. **Orçamento Público.14ed. atualizada e revista**. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, B. B. M; SANTOS, R. N; B.BARBAIS,J. R. Portal da Classe Contábil. contabilidade: **Um Estudo Histórico Sobre a Evolução desta Ciência**. 2007. Disponível em: <<http://www.classecontabil.com.br/artigos/contabilidade-um-estudo-historico-sobre-a-evolucao-desta-ciencia>> Acesso em: 05 de Jun. 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científica: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. -7. ed. – 2.reimpr. - São Paulo: Atlas, 2008.

MATHESON, V. A. **Upon Further Review: An Examination of Sporting Event Economic Impact Studies**. *The Sport Journal*, v. 5, n. 1, 2002.

ME – Ministério do Esporte. **“4º Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014”**. Ministério do Esporte, Governo Federal do Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/12272012_balanco_copa_geral.pdf> Acesso em 20 de Mai, 2015

OLIVEIRA ALVES, D. C. de; VASCONCELLOS, M. A. S. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2002.

PENA, R. F. A. Coeficiente de Gini: **O Coeficiente de Gini é um importante indicador social e econômico que diz respeito à distribuição de renda da população em um determinado local**. Disponível em: <<http://www.alunosonline.com.br/geografia/coeficiente-gini.html>>. Acesso em: 20 de mai. 2015.

PEREIRA, C. G; Celso Furtado e a Teoria do Subdesenvolvimento: in SBS, **XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, PR 2010**. Disponível em:<pt.scribd.com/doc/229641162/Celso-Furtado-e-a-Teoria-Do-Subdesenvolvimento#scribd>. Acesso em 12 Mai.2015.

PEREIRA, L. C. B. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. 2008. Disponível em <www.bresserpereira.org.br> Acesso em 03 mai 2015

Perspectivas para a inflação, 2015. disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2015/03/ri201503c6p.pdf>>. Acesso em:10 de Jun de 2015.

PILLAY, U.; BASS, O. **Mega-events as a Response to Poverty Reduction: The 2010 FIFA World Cup and its Urban Development Implications**. *Urban Forum*, v.9, n.3, p.329–346, 2008.

Planejamento. **Orçamento Público ao Alcance de Todos**. Brasília, 2012.disponível em:<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/orcamento_13/OFAT_2013.pdf> Acesso 04 jun 2015.

Portal Brasil. **Economia e Emprego**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/inflacao>> Acesso em: 04 Jun 2015

Portal Brasil. **Economia e Emprego**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/01/copom-deve-elevar-taxa-basica-de-juros-a-12-25-na-quarta-feira-preve-mercado>> Acesso em: 02 jun 2015.

Portal Brasil. **País fecha 2012 com menor taxa de desemprego desde 2002**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/01/pais-fecha-2012-com-menor-taxa-de-desemprego>> Acesso em 06 Jun 2015.

Portal da Transparência. **Copa 2014**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/cidades/home.seam?cidadeSede>> Acesso em 04 jun 2014

PORTER, P. K. Mega-Sports Events as Municipal Investments: **A Critique of Impact Analysis**. In: FIZEL, J.; GUSTAFSON, E.; HADLEY, L. (Eds.) *Sports Economics: Current Research*. Westport, CT: Praeger. 1999, p.61-73.

RIBEIRO, R. Orçamento Plurianual: **A mudança necessária para a melhoria do gasto público no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/21323>>. Acesso em: 07 de Jun.2015.

ROSA, F. **Economia um Enfoque Básico e Simplificado**. -São Paulo: atlas, 2010.

ROSSETTI, J.P; **Introdução à economia**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922p.

SILVA, R; KARKOTLI, G; (Orgs.). **Manual de metodologia científica do USJ 2011-1**. São José: Centro Universitário Municipal de São José – USJ, mar. 2011.

Subdesenvolvimento e os Problemas Sociais. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/subdesenvolvimento-os-problemas-sociais.htm>> Acesso em: 05 de abr 2015.

TCU. **Copa do mundo de 2014**. Disponível em: <http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/sessoes/atas/repositorio_atas/ATA_11_PL_de_07-04-2010.pdf> Acesso em: 20 Abr 2015.

VASCONCELOS, M. A. S; **Economia Macroeconômica**. 3 Ed.São Paulo: Atlas 2002.

VIEIRA, C. da R.; ALBERT, C. E; BAGOLIN, I. P. **Crescimento e Desenvolvimento econômico do Brasil: Uma análise comparativa da desigualdade de renda per capita dos níveis educacionais.** Disponível em <www3.pucrs.com.br> Acesso em 5 mai 2015.